

Boletim Mensal de Estatística

SETEMBRO 2022



Título

Boletim Mensal de Estatística - 2022

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida, 2
1000 - 043 LISBOA
PORTUGAL
Telefone: 218 426 100
Fax: 218 454 084

Presidente do Conselho Diretivo

Francisco Lima

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Publicação periódica

Mensal

Multitemas

Edição digital

ISSN 0032-5082

ERRATA

Corrigido texto relativo a Casamentos na página 26, em 09/11/2022



218 440 695

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

© INE, I.P., Lisboa • Portugal, 2022

A informação estatística disponibilizada pelo INE pode ser usada de acordo com a Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0) da Creative Commons Attribution 4.0, devendo contudo ser claramente identificada a fonte da informação.



Índice

- 4 Índice de Produção Industrial – julho de 2022
- 6 Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas na Indústria – julho de 2022
- 8 Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – agosto de 2022
- 10 Índice de Produção, Emprego e Remunerações na Construção – julho de 2022
- 11 Construção: Obras Licenciadas e Concluídas – 2.º trimestre de 2022
- 12 Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação – agosto de 2022
- 13 Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação – agosto de 2022
- 14 Estatísticas de Rendas da Habitação ao nível local – 2.º trimestre de 2022
- 15 Estatísticas do Comércio Internacional – julho de 2022
- 16 Perspetivas de Exportação de bens, 2022 – 2.ª previsão
- 17 Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas nos Serviços – julho de 2022
- 18 Índice de Preços no Consumidor – agosto de 2022
- 20 Índice de Custos de Construção de Habitação Nova – julho de 2022
- 21 Índices de Preços na Produção Industrial – agosto de 2022
- 22 Estimativa Rápida do IPC/IHPC – setembro de 2022
- 23 Índice de Preços na Habitação – 2.º trimestre de 2022
- 25 Estatísticas Vitais – agosto de 2022
- 27 Tábuas de Mortalidade para Portugal por NUTS – 2019-2021
- 30 Atividade Turística – julho de 2022
- 33 Atividade Turística, Estimativa Rápida – agosto de 2022
- 35 Estatísticas Rápidas do Transporte Aéreo – julho de 2022
- 37 Atividades dos Transportes – 2.º trimestre de 2022
- 38 Síntese Económica de Conjuntura – agosto de 2022
- 41 Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – setembro de 2022
- 43 Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – agosto de 2022
- 44 Contas Nacionais Anuais – 2020 (final) e 2021 (provisório)
- 46 Contas Nacionais Trimestrais por sector Institucional – 2.º trimestre de 2022
- 48 Principais Agregados das Administrações Públicas – 2021
- 49 Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2022

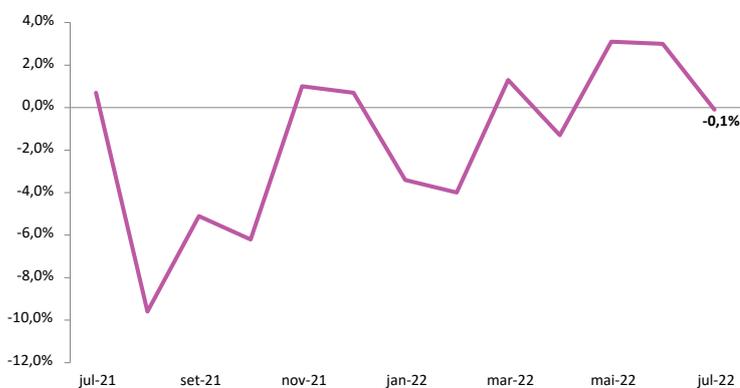
Produção industrial registou em julho uma variação homóloga de -0,1%



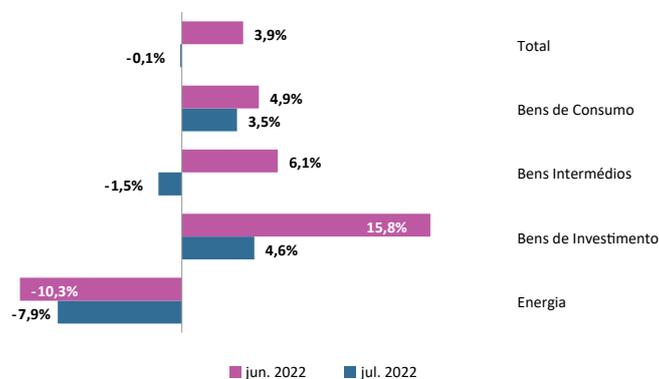
Em julho de 2022, em termos homólogos:

- O Índice de Produção Industrial (IPI) apresentou uma variação de -0,1% (3,9% no mês anterior);
- Excluindo o agrupamento “Energia”, a variação foi de 1,6% (7,2% em junho);
- A taxa de variação da secção “Indústrias Transformadoras” situou-se em 2,1% (6,9% no mês precedente);
- À exceção da Energia, todos os grandes agrupamentos industriais apresentaram variações homólogas menos favoráveis do que as observadas no mês anterior.

Índice de Produção Industrial
(variação homóloga)
Total



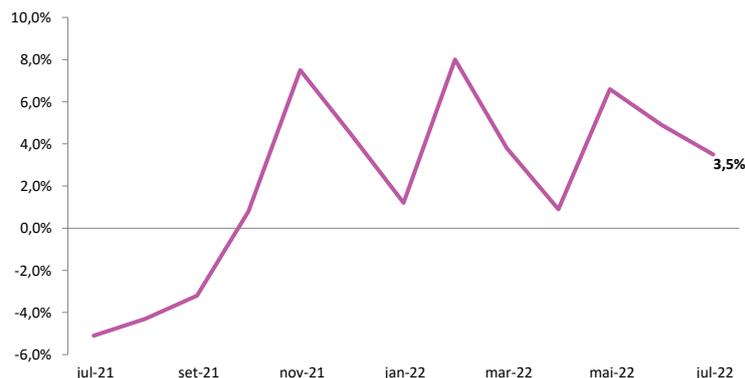
IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação homóloga)



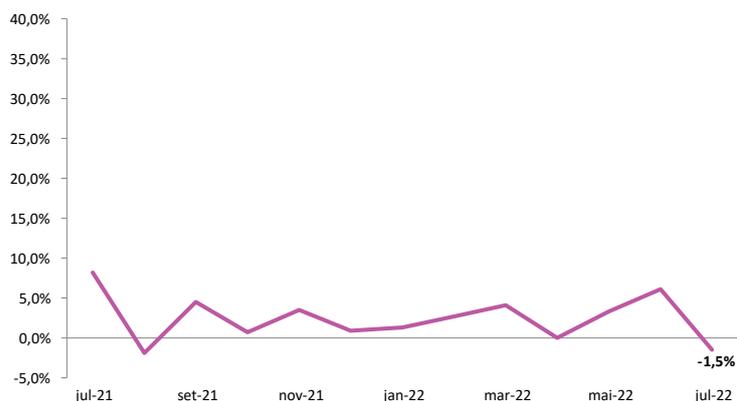
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Investimento



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens de Consumo



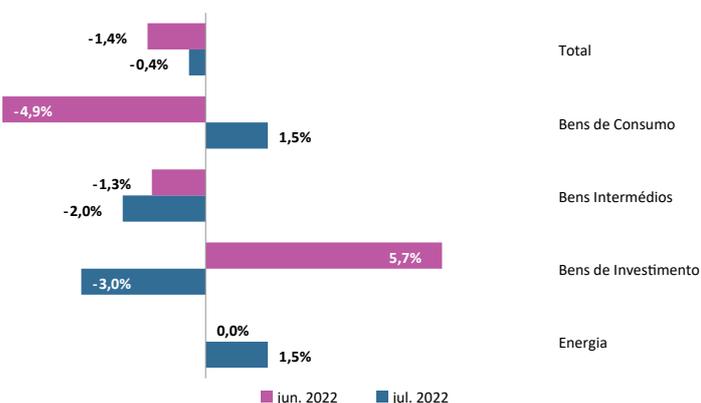
Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Bens Intermédios



Índice de Produção Industrial (variação homóloga)
Energia



IPI - Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação mensal)



Face ao mês anterior, em julho de 2022:

- A variação do IPI foi menos negativa, recuperando um ponto percentual (p.p.) ao evoluir de -1,4% para -0,4%;
- Os contributos dos agrupamentos “Bens Intermédios” e “Bens de Investimento” para o IPI foram negativos (-0,7 p.p. e -0,5 p.p., respetivamente);
- O contributo positivo mais intenso partiu do agrupamento “Bens de Consumo” (+0,5 p.p.).

Mais informação:
Índice de Produção Industrial – julho de 2022
1 de setembro de 2022



Volume de Negócios na Indústria aumentou 24,3%

Em julho de 2022, face ao mesmo mês do ano anterior:

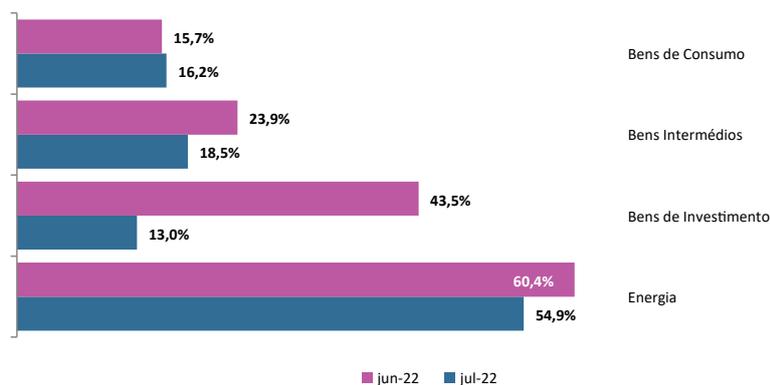
- O Índice de Volume de Negócios na Indústria (IVNEI) apresentou uma variação nominal de 24,3% (31,6% no mês anterior), continuando a ser influenciado pelo aumento dos preços na indústria, que cresceram 24,8%;
- Excluindo o agrupamento “Energia”, as vendas na indústria aumentaram 16,6% (24,4% em junho);
- Os índices relativos ao mercado nacional e ao mercado externo tiveram acréscimos de 22,6% e 26,6%, respetivamente (27,3% e 37,6% no mês anterior, pela mesma ordem).



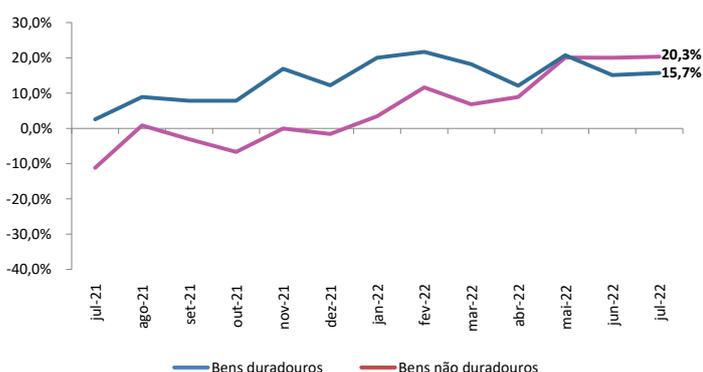
Volume de Negócios na Indústria
(variação homóloga)
Total



Volume de Negócios na Indústria - Grandes agrupamentos
(variação homóloga)



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens de consumo



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens intermediários



Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Bens de investimento



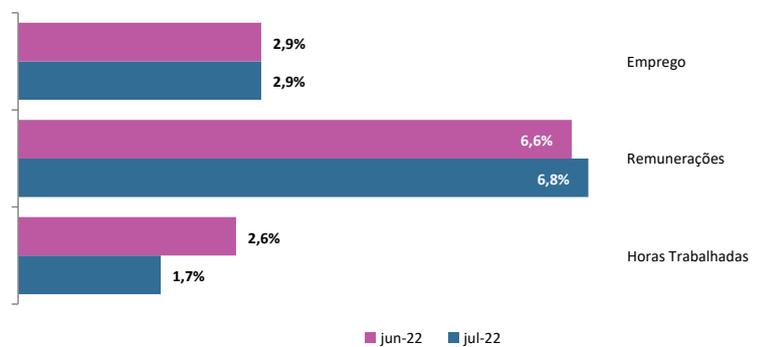
Volume de Negócios na Indústria (variação homóloga)
Energia



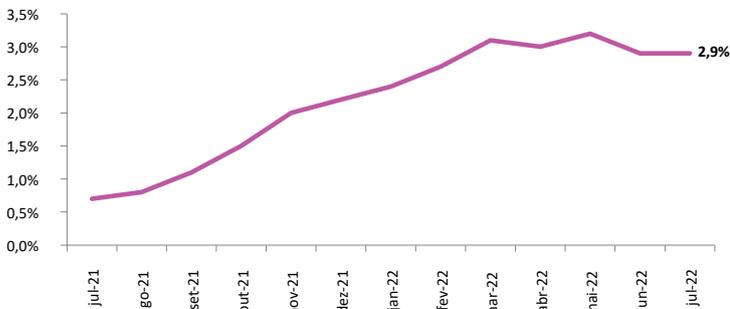
Registaram-se ainda, em julho de 2022, as seguintes variações homólogas em índices relativos ao sector da Indústria:

- Emprego: 2,9%;
- Remunerações: 6,8%; e
- Horas trabalhadas (ajustado de efeitos de calendário): 1,7%.

Índices de Emprego, de Remunerações e de Horas trabalhadas
(variação homóloga)



Índice de Emprego na Indústria (variação homóloga)
Total



Índice de Emprego na Indústria (variação homóloga)
Horas trabalhadas



O IVNEI apresentou em julho de 2022 uma variação mensal de 1,1% (7,1% em julho de 2021).

Em agosto, a taxa de desemprego situou-se em 6,0% e a taxa de subutilização do trabalho em 11,5%

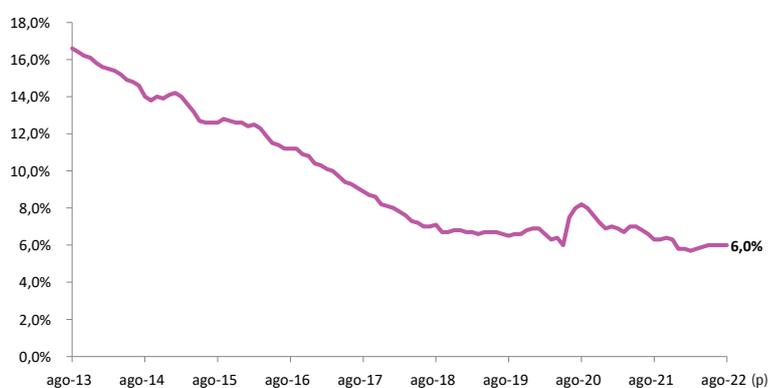
As estimativas mensais apresentadas correspondem a trimestres móveis, cujo mês de referência é o respetivo mês central. Assim, as estimativas provisórias para agosto compreendem os meses de julho, agosto e setembro, enquanto as estimativas definitivas para julho incluem os meses de junho, julho e agosto.

As estimativas são calculadas considerando a população de 16 a 74 anos e os valores são ajustados do efeito de sazonalidade.

Em agosto de 2022 (resultados provisórios):

- A população inativa (2 461,8 mil pessoas) registou decréscimos de 0,4% face a julho de 2022, 0,7% em relação a maio do mesmo ano e 2,2% por comparação com agosto de 2021;
- A população ativa (5 196,9 mil) aumentou 0,1% face ao mês anterior, 0,3% relativamente a três meses antes e 0,7% por comparação com agosto de 2022;
- A população empregada (4 884,4 mil) também observou acréscimos em relação aos três períodos de comparação: 0,1%, 0,3% e 1,0%, respetivamente;
- A população desempregada (312,5 mil) aumentou em relação ao mês anterior (0,8%) e a três meses antes (0,4%), e diminuiu (4,3%) relativamente a agosto de 2022;
- A taxa de desemprego situou-se em 6,0%, valor idêntico aos de julho e maio de 2022, e inferior em 0,3 p.p. ao do mês homólogo de 2021;
- A taxa subutilização de trabalho situou-se em 11,4%, menos 0,1 p.p. face ao mês anterior e a três meses antes, e menos 0,7 p.p. relativamente a agosto de 2021.

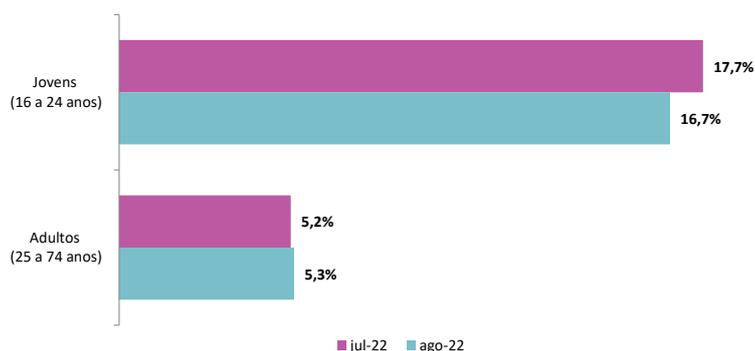
Taxa de desemprego
(valores ajustados de sazonalidade)



(p) Estimativa provisória

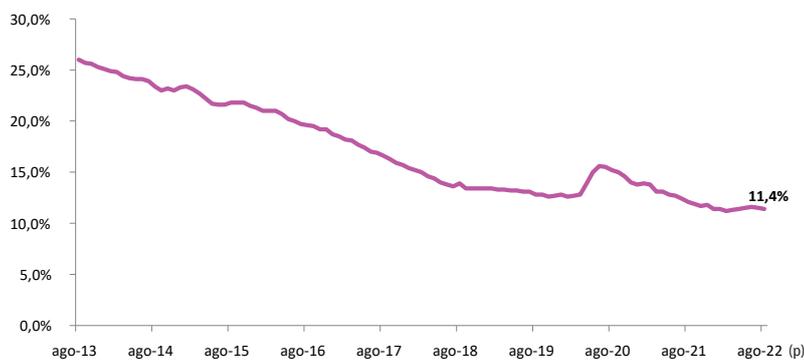


Taxa de desemprego* de jovens e adultos
julho e agosto de 2022



* Os valores para o mês mais recente são provisórios.

Taxa de subutilização do trabalho
(valores ajustados de sazonalidade)



(p) Estimativa provisória



Em julho de 2022:

- A população inativa (2 470,6 mil pessoas) decresceu 0,4% face a junho, 0,2% em relação a abril e 1,6% por comparação com julho de 2021;
- A população ativa (5 189,9 mil) aumentou 0,2% relativamente ao mês precedente, 0,1% face a maio de 2022 e 0,4% face a julho de 2021;
- A população empregada (4 879,8 mil pessoas) aumentou em relação ao mês anterior (0,2%) e ao mesmo mês do ano anterior (1,1%), e teve uma variação diminuta face a três meses antes (-1,8 mil pessoas, a que corresponde uma variação relativa praticamente nula);
- A população desempregada (310,1 mil) manteve-se praticamente inalterada em relação a junho, aumentou 1,8% face a abril e diminuiu 9,0% quando comparada com julho de 2021;
- A taxa de desemprego situou-se em 6,0%, valor igual ao do mês anterior, que é superior em 0,1 p.p. ao de três meses antes e inferior em 0,6 p.p. ao de um ano antes;
- A taxa subutilização de trabalho situou-se em 11,5%, valor inferior em 0,1 p.p. ao do mês precedente e em 0,9 p.p. ao de um ano antes, mas superior em 0,1 p.p. ao de três meses antes.

Mais informação:

Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego – agosto de 2022
29 de setembro de 2022

Produção na Construção aumentou 2,1% em julho

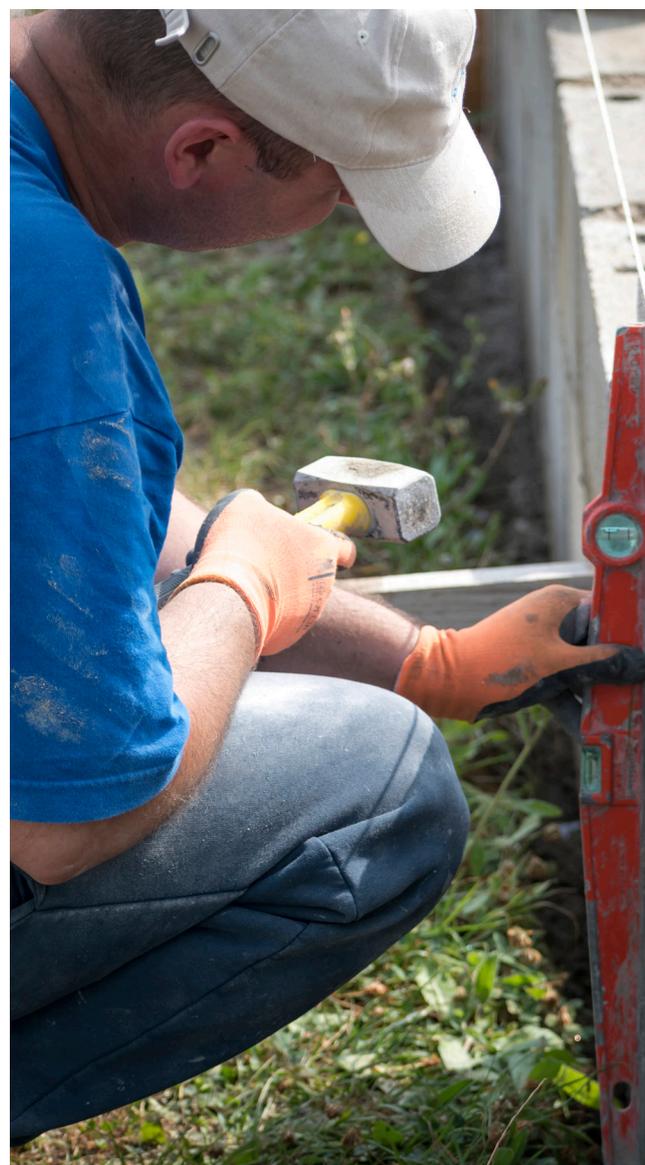
Em julho de 2022, registaram-se as seguintes taxas de variação homóloga no sector da construção:

- Índice de Produção¹: 2,1% (1,6% no mês anterior), com as seguintes variações nos seus segmentos:
 - » “Construção de Edifícios”: 2,4% (1,9% em junho);
 - » “Engenharia Civil”: 1,8% (1,0% em junho);
- Índice de Emprego: 1,6% (2,0% no mês anterior);
- Índice de Remunerações: 6,9% (6,2% no mês anterior).

Índice de Produção na Construção
(variação homóloga)



Índices de Emprego e de Remunerações
(variação homóloga)



¹ Média móvel de 3 meses ajustada de efeitos de calendário e sazonalidade.

Licenciamento de edifícios diminuiu no 2.º trimestre, mas mantém crescimento face a 2019

No 2.º trimestre de 2022:

- O número de edifícios licenciados (6,2 mil):
 - » Decresceu 7,9% face ao trimestre homólogo de 2021 (+1,6% no trimestre anterior); e
 - » Aumentou 2,9% relativamente ao período homólogo de 2019;
- O quantitativo de licenças para construções novas registou:
 - » Uma redução de 6,7% face ao trimestre homólogo de 2021 (+5,3% no trimestre anterior); e
 - » Um crescimento de 9,9% comparativamente ao mesmo trimestre de 2019;
- O total de licenças para reabilitação teve reduções em termos homólogos de:
 - » 9,5% face ao período homólogo de 2021 (-8,6% no trimestre anterior); e
 - » 14,8% relativamente ao trimestre homólogo de 2019;
- O número de edifícios que se estima terem sido concluídos (3,6 mil):
 - » Diminuiu 4,9% com referência ao trimestre homólogo de 2021 (-0,5% no trimestre anterior); e
 - » Cresceu 7,0% comparativamente ao mesmo trimestre de 2019;
- Do total de edifícios licenciados, 75,5% eram construções novas e, destas, 80,7% destinavam-se a habitação familiar;
- A maioria dos edifícios concluídos (82,5%) corresponderam a construções novas, das quais 77,4% eram destinadas a habitação familiar.

Edifícios Licenciados e Concluídos
(variações homólogas trimestrais)



Por comparação com o trimestre anterior:

- O número de edifícios licenciados decresceu 10,0% (+21,8% no 1.º trimestre de 2022);
- O número de edifícios concluídos diminuiu 5,8% (-3,1% no 1.º trimestre de 2022).

Numa análise mensal, salienta-se o decréscimo de 16,4% no licenciamento de edifícios em maio, face a igual período de 2021. Comparando com maio de 2019, o número de edifícios licenciados decresceu 17,4%.

No 1.º semestre de 2022, foram licenciados menos 3,1% dos edifícios que em igual período de 2021, mas mais 6,3% que no 1.º semestre de 2019.

Taxa de juro subiu para 1,011%, capital em dívida e prestação mensal aumentaram, fixando-se em 60 750 euros e 268 euros, respetivamente

Em agosto de 2022:

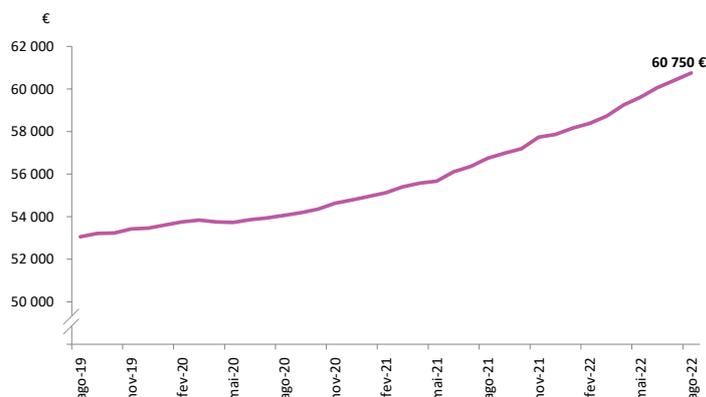
- A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação foi 1,011%, subindo 9,9 pontos base¹ (p.b.) face ao mês anterior (0,912%);
- Nos contratos celebrados nos últimos três meses, a taxa de juro subiu para 1,523% (1,289% em julho);
- O capital médio em dívida para a totalidade dos contratos aumentou 345 euros face a julho, fixando-se em 60 750 euros;



Taxa de juro implícita nos contratos de crédito à habitação



Capital médio em dívida



- O valor médio da prestação aumentou para 268 euros (mais 4 euros que no mês anterior);
Deste valor, 51 euros (19%) correspondem a pagamento de juros e 217 euros (81%) a capital amortizado;
- Nos contratos celebrados nos últimos 3 meses, o valor médio da prestação subiu 20 euros, para 445 euros;
- A taxa de juro implícita para o total dos contratos para aquisição de habitação (o destino de financiamento mais relevante no conjunto do crédito à habitação) subiu para 1,027% (+9,9 p.b. que em julho);
Nos contratos desta natureza celebrados nos últimos 3 meses, a taxa fixou-se em 1,528% (+23,3 p.b. face ao mês precedente).

¹ Um ponto base é o equivalente a 0,01 p.p.

Avaliação bancária diminuiu para 1 414 euros por metro quadrado

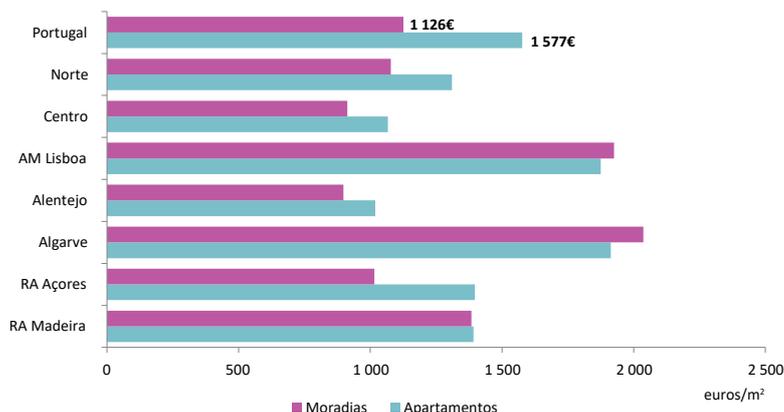
Em agosto de 2022, o valor mediano de avaliação bancária, realizada no âmbito de pedidos de crédito para a aquisição de habitação, foi 1 414 euros por m², menos 3 euros (-0,2%) que o observado em julho. Esta redução resultou da diminuição dos preços de moradias (-0,3%), sendo a variação mensal dos apartamentos ligeiramente positiva (+0,1%).

O maior aumento face ao mês precedente registou-se na Região Autónoma dos Açores (2,7%) e a descida mais intensa verificou-se no Norte (-0,3%).

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o valor mediano das avaliações cresceu 15,8% (16,1% em julho). A variação mais elevada registou-se no Algarve (19,0%) e a mais reduzida ocorreu na Região Autónoma dos Açores (10,5%).



Valor Mediano de Avaliação Bancária – julho de 2022
Apartamentos e Moradias



Salienta-se que o número de avaliações bancárias consideradas diminuiu pelo terceiro mês consecutivo, situando-se em cerca de 26,3 mil, o que representa uma redução de 10,4% face mesmo período do ano anterior e menos 20,7% que em maio último, mês em que registou o máximo da série. Das avaliações consideradas em agosto:

- Cerca de 16,7 mil foram relativas a apartamentos;
- Cerca de 9,6 mil incidiram sobre moradias.

A análise por tipo de habitação revela que, em agosto de 2022 e em termos homólogos, o valor mediano de avaliação bancária:

- Aumentou 16,3% nos apartamentos, fixando-se em 1 577 euros/m²;
- Subiu 14,1% nas moradias, para 1 126 euros/m².

Em agosto de 2022, face ao mês anterior, o valor mediano de avaliação bancária:

- Nos apartamentos:
 - » T2 subiu 8 euros, para 1 597 euros/m²;
 - » T3 desceu 1 euro, para 1 403 euros/m²;

Estas duas tipologias representaram, no conjunto, 78,9% das avaliações de apartamentos realizadas.

- Nas moradias:
 - » T2 subiu 6 euros, para 1 080 euros/m²;
 - » T3 desceu 4 euros, para 1 107 euros/m²;
 - » T4 subiu 6 euros, para 1 198 euros/m²;

O conjunto destas três tipologias representou 88,6% das avaliações de moradias.

Renda mediana dos novos contratos cresceu 8,6% e número de novos contratos aumentou 2,1% face ao período homólogo

No 2.º trimestre de 2022 (dados provisórios) e em termos homólogos:

- A renda mediana dos cerca de 21,0 mil novos contratos de arrendamento em Portugal foi de 6,55 €/m², o que corresponde a um crescimento de 8,6% (superior ao observado no trimestre anterior, que registou 6,4%) e representa a variação mais elevada desde o 2.º trimestre e 2021;
- Este aumento da renda mediana ocorreu em todas as sub-regiões NUTS III, com destaque para:
 - » Região Autónoma da Madeira: 16,3%;
 - » Alto Tâmega: 14,8%;
 - » Médio Tejo: 14,2%;
 - » Tâmega e Sousa, e Região Autónoma dos Açores: 13,5% em ambas;
- Registaram aumentos 23 dos 24 municípios com mais de 100 mil habitantes, evidenciando-se:
 - » Vila Nova de Famalicão: 25,2%;
 - » Funchal: 20,7%;
 - » Cascais: 19,6%;
 - » Seixal: 15,9%; e
 - » Porto: 15,7%;
- Nas áreas metropolitanas, destacaram-se, com valores e taxas de crescimento das rendas superiores aos do país, os municípios de:
 - » Cascais: 12,78 €/m² e +19,6%;
 - » Lisboa: 12,61 €/m² e +14,6%;
 - » Oeiras: 11,00 €/m² e +11,3%; e
 - » Porto: 10,15 €/m² e +15,7%;
- O número de novos contratos de arrendamento no país registou um aumento de 2,1%, que representa uma forte desaceleração relativamente ao acréscimo de 23,8% verificado no trimestre anterior;
- Em 8 das 25 NUTS III, ocorreram variações negativas no número de novos contratos de arrendamento (no trimestre anterior, todas as regiões registaram aumentos). Os decréscimos sucederam nas regiões:
 - » R. A. Açores: 22,1%;
 - » Baixo Alentejo: 12,0%;
 - » Alto Tâmega: 9,8%;
 - » Algarve: 8,6%;
 - » Douro: 6,6%;
 - » Alto Alentejo: 3,8%;
 - » R. A. Madeira: 1,9%; e
 - » Alentejo Litoral: 1,3%.
- As áreas metropolitanas de Lisboa e Porto concentraram 52% dos novos contratos de arrendamento e registaram variações de +1,2% e +1,6%, respetivamente.

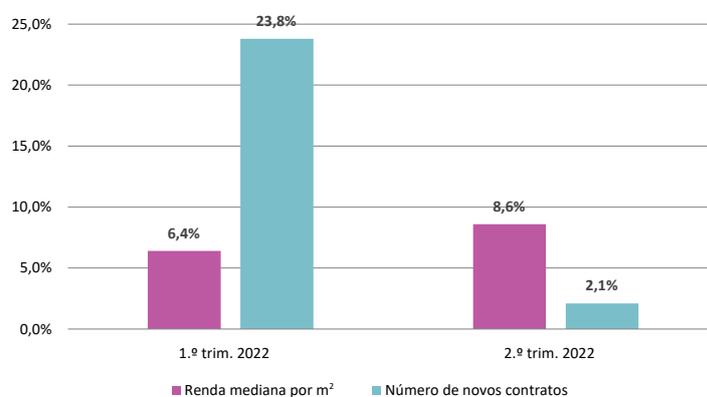
Relativamente ao trimestre anterior:

- A renda mediana aumentou 6,3%;
- Contribuíram para este acréscimo 23 das 25 sub-regiões NUTS III, com os valores mais elevados a ocorrerem nas seguintes:
 - » Alentejo Central: 12,0%;
 - » Alentejo Litoral: 11,1%; e
 - » Alto Tâmega: 10,2%;

Os decréscimos ocorreram:

- » No Alto Alentejo: -4,3%;
- » No Douro: -2,5%.

Renda mediana por m² e número de novos contratos de arrendamento, Portugal (Variação homóloga)



Nota: Os valores para o período mais recente são provisórios.

Exportações e importações aumentaram 28,3% e 29,2% em termos nominais

Em julho de 2022, em termos homólogos:

- As exportações e as importações de bens registaram aumentos nominais de 28,3% e 29,2%, respetivamente (37,4% e 41,8% no mês anterior, pela mesma ordem);

Note-se que os índices de valor unitário (preços) registaram variações homólogas de 18,3% nas exportações e 22,8 nas importações;

- Ainda em termos nominais, são de salientar os acréscimos de:

» “Fornecimentos industriais”: 27,8% nas exportações e 21,1% nas importações; e

» “Combustíveis e lubrificantes”: 124,0% e 93,3%, respetivamente;

- Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, as exportações aumentaram 23,1% e as importações 20,7% (30,1% e 23,6% no mês anterior, pela mesma ordem);

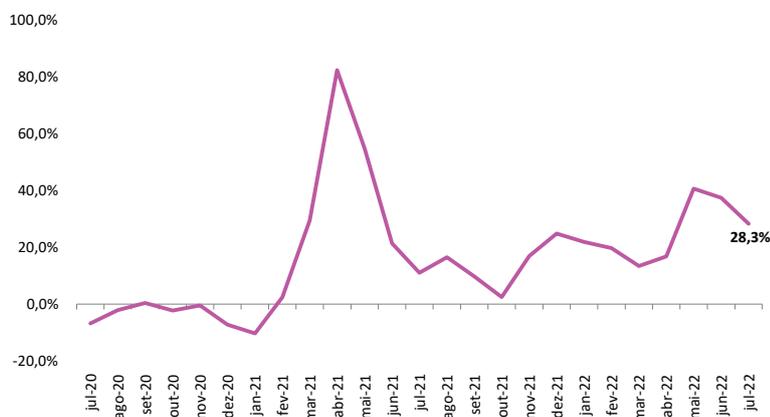
Por sua vez, os índices de valor unitário (preços) excluindo os produtos petrolíferos registaram variações homólogas de 13,8% nas exportações e 14,7% nas importações;

- O défice da balança comercial atingiu 2 058 milhões de euros, o que representa um agravamento de 504 milhões de euros;
- Excluindo “Combustíveis e lubrificantes”, o défice totalizou 1 099 milhões de euros (+87 milhões de euros).

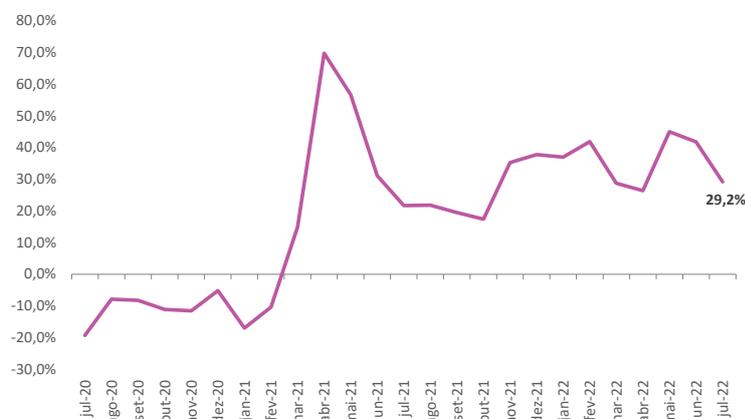
Relativamente ao mês anterior, em julho de 2022 as exportações aumentaram 1,3% e as importações diminuíram 3,9% (-5,4% e -2,7% em junho de 2022, pela mesma ordem).

No trimestre terminado em julho de 2022, relativamente ao mesmo período de 2021, as exportações e as importações de bens aumentaram 35,3% e 38,5%, respetivamente (31,2% e 37,7%, pela mesma ordem, no 2.º trimestre de 2022).

Exportações – Total
(variação homóloga)



Importações – Total
(variação homóloga)

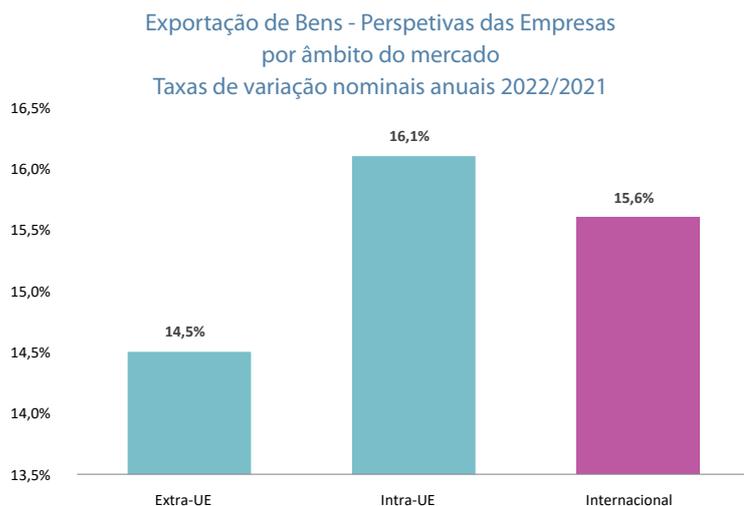


Empresas perspetivam acréscimo nominal de 15,6% nas exportações de bens em 2022, revendo 9,1 p.p. em alta a previsão efetuada em novembro

As perspetivas das empresas exportadoras de bens apontam para um aumento nominal de 15,6% nas suas exportações em 2022, revendo 9,1 p.p. em alta a 1.ª previsão, efetuada em novembro de 2021.

Esta revisão ocorre quer no comércio intracomunitário, quer no comércio extracomunitário, para os quais as expetativas são agora as seguintes:

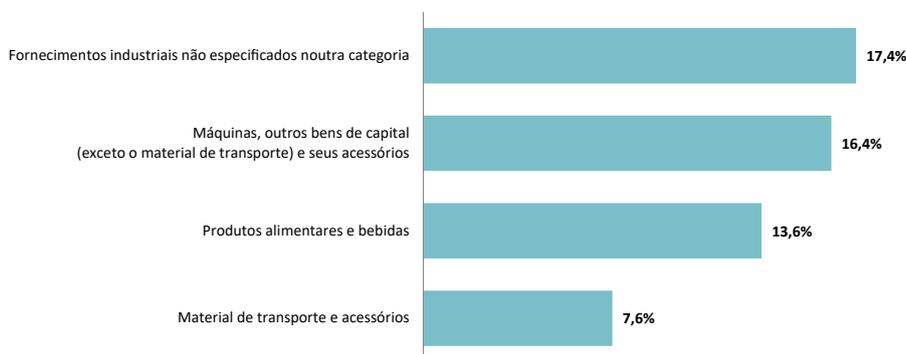
- Exportações Intra-UE: +16,1% (+10,1 p.p. face à 1.ª previsão);
- Exportações Extra-UE: +14,5% (+6,8 p.p.).



Por Grandes Categorias Económicas, destacam-se os aumentos esperados nas exportações de:

- “Fornecimentos industriais não especificados noutra categoria”: +17,4% (a maior revisão face à previsão de novembro);
- “Máquinas, outros bens de capital (exceto o material de transporte) e seus acessórios”: +16,4%.

Exportação de bens - Perspetivas das Empresas por Grandes Categorias Económicas
Taxas de variação nominais anuais 2022/2021



A revisão das previsões de evolução das exportações em 2022 é consistente com a informação do Comércio Internacional de bens para os primeiros meses do ano, que aponta para uma variação nominal ainda mais acentuada (+25,1%), mas sinaliza uma segunda parte do ano menos dinâmica.

As perspetivas mais conservadoras das empresas quanto às suas exportações de bens para o resto do ano de 2022 podem refletir uma atitude cautelosa sobre os desenvolvimentos do enquadramento internacional, que poderão determinar nomeadamente uma contração súbita da procura.

Volume de Negócios nos Serviços acelerou para 23,7%

Em julho de 2022, em termos homólogos:

- O Índice de Volume de Negócios nos Serviços¹ (IVNES) registou uma variação nominal de 23,7%, o que corresponde a um acréscimo de 2,9 p.p. face ao mês anterior;

Assinala-se que:

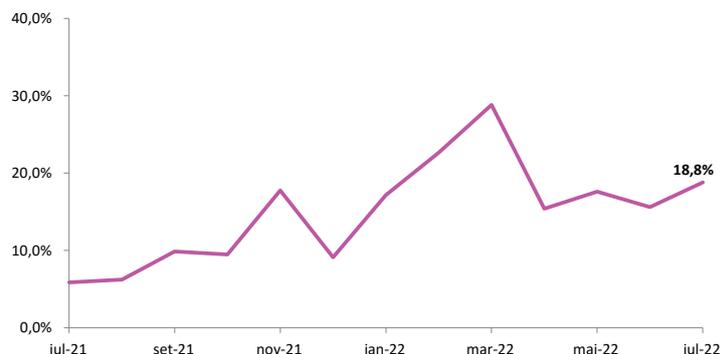
- » A secção “Alojamento, restauração e similares” apresentou uma taxa de crescimento de 62,3%, situando-se o respetivo índice 3,0% acima do período pré-pandemia;
- » Este foi o primeiro mês em que todas as secções registaram patamares de atividade superiores a fevereiro de 2020, o último mês pré-pandemia;
- Os restantes índices relativos aos Serviços apresentaram as seguintes variações:
 - » Emprego: 7,4% (7,7% em junho);
 - » Remunerações: 10,2% (8,8% em junho);
 - » Horas trabalhadas (ajustado de efeitos de calendário): 7,2% (valor igual em junho).

A variação mensal do IVNES em julho de 2022 foi 0,7% (0,8% no mês precedente).

Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Total



Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Comércio por grosso, comércio e reparação de veículos e motociclos



Índice de Volume de Negócios
(variação homóloga)
Alojamento, restauração e similares



Índice de Volume de Negócios nos Serviços
(variação homóloga)
Transportes e armazenagem



¹ Dados nominais ajustados dos efeitos de calendário e da sazonalidade.

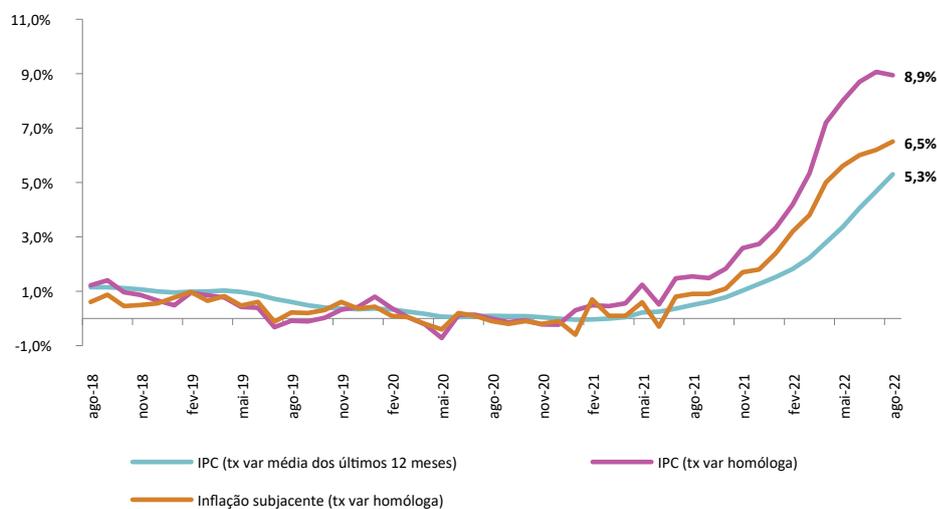
Taxa de variação homóloga do IPC diminuiu para 8,9% em agosto

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, em agosto de 2022, as seguintes variações em termos homólogos:

- IPC total: 8,9% (-0,2 p.p. que no mês anterior);
- Indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos): 6,5% (6,2% em julho);
- Índice referente aos produtos energéticos: 24,0% (-7,2 p.p. que no mês precedente);
- Índice relativo aos produtos alimentares não transformados: 15,4% (13,2% em julho).



Índices de preços no consumidor e de inflação subjacente (taxa de variação homóloga e média dos últimos 12 meses)



Em agosto de 2022, o IPC registou ainda as seguintes taxas de variação:

- Mensal: -0,3% (variação nula no mês precedente e -0,2% em agosto de 2021);
- Mensal, excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos: variação nula (-0,3% no mês anterior e -0,2% em agosto de 2021);
- Média dos últimos 12 meses: 5,3% (4,7% no mês precedente).

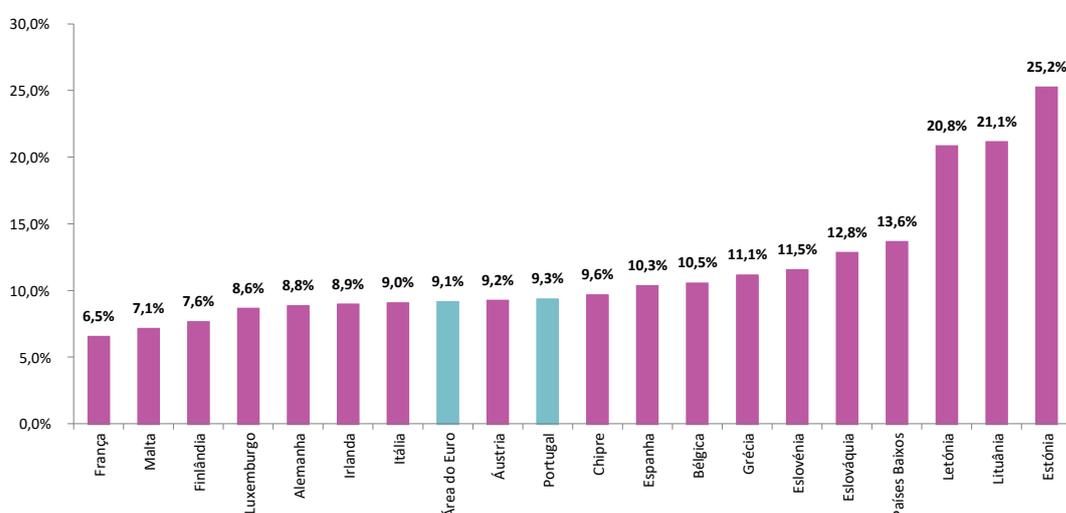
No que respeita ao Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), em agosto de 2022 observaram-se as seguintes taxas de variação:

- Homóloga: 9,3%, (-0,1 p.p. que no mês anterior), que supera em 0,2 p.p. o valor estimado pelo Eurostat para a Área do Euro (em julho, esta diferença tinha sido de 0,5 p.p.);

Excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos, o IHPC em Portugal atingiu uma variação homóloga de 7,3% (6,9% em julho), que é superior à taxa correspondente para a Área do Euro (estimada em 5,5%) e mantém o perfil marcadamente ascendente verificado nos últimos meses;

- Mensal: -0,2% (variação nula no mês anterior e -0,1% em agosto de 2021);
- Média dos últimos 12 meses: 5,4% (4,8% no mês precedente).

Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
Variação homóloga nos países da Área do Euro, agosto de 2022



Mais informação:
Índice de Preços no Consumidor – agosto de 2022
12 de setembro de 2022

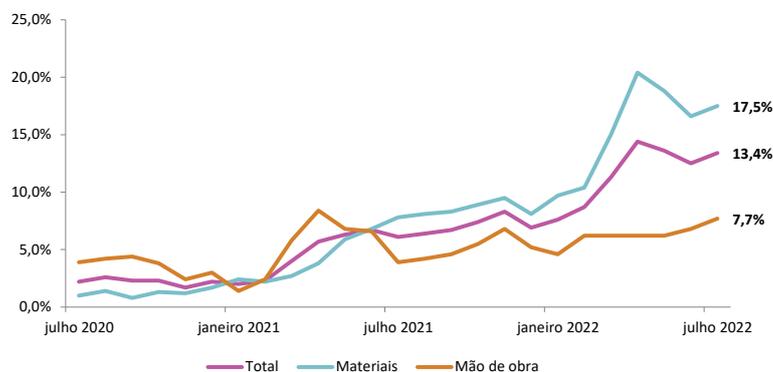


Custos de construção aumentam 13,4% em termos homólogos

Estima-se que, em julho de 2022, se tenham registado as seguintes taxas de variação homóloga no âmbito dos custos de construção de habitação nova:

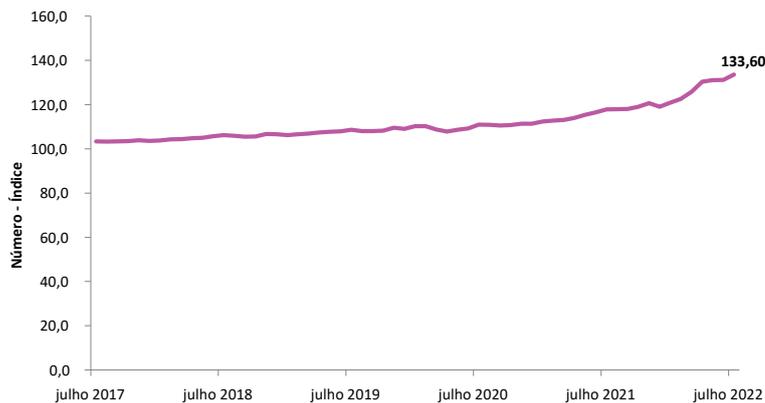
- Índice de Custos de Construção de Habitação Nova (ICCHN): 13,4% (12,5% no mês anterior);
- Preço dos materiais: 17,5% (16,6% no mês anterior);
- Custo da mão de obra: 7,7% (6,8% no mês anterior).

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
(variação homóloga)



Nota: Os valores para maio, junho e julho de 2022 são provisórios

Índice de Custos de Construção de Habitação Nova
(100=2015)



No que respeita às variações mensais, as taxas estimadas para julho de 2022 são:

- ICCHN: 1,9% (0,1% em junho);
- Preços dos materiais: 1,9% (-1,2% em junho);
- Custo da mão de obra: 1,8% (2,1% em junho).

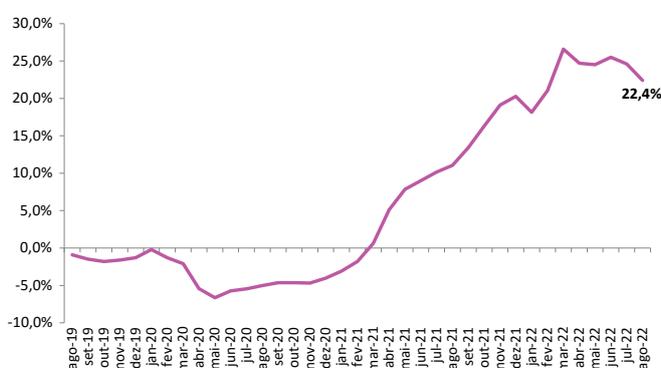
Preços na produção industrial aumentaram 22,4%

Em agosto de 2022, em termos homólogos:

- O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou um aumento de 22,4% (24,6% no mês anterior); Este resultado manteve-se fortemente influenciado pela evolução dos preços da “Energia” e dos “Bens Intermédios”, que registaram variações de 49,7% e 19,7%, respetivamente (60,9% e 20,4% em julho, pela mesma ordem);
- Excluindo os agrupamentos “Energia” e “Bens Intermédios”, o IPPI cresceu 11,3% (10,8% no mês precedente). Se se excluir unicamente a “Energia”, a variação do IPPI foi de +15,3% (idêntica à observada em julho).

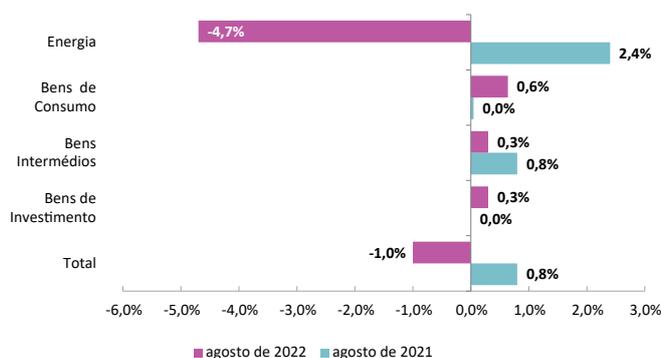


Índice de Preços na Produção Industrial
(variação homóloga)



A variação mensal do IPPI em agosto situou-se em -1,0% (0,8% no mesmo mês de 2021).

Índice Total e Grandes Agrupamentos Industriais
(variação mensal)



Taxa de variação homóloga do IPC em setembro estimada em 9,3% Estimativa rápida

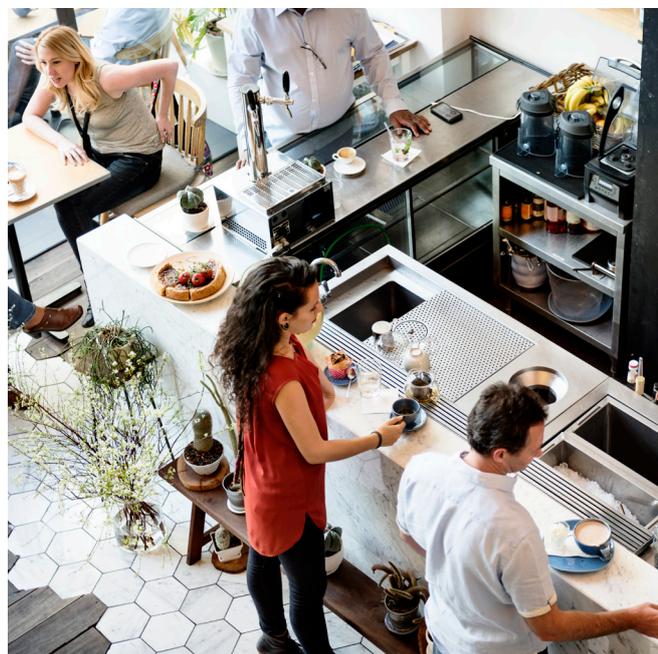
Com base na informação já apurada, estima-se que, em setembro de 2022, se terão registado as seguintes taxas de variação em termos homólogos:

- Índice de Preços no Consumidor (IPC) total: 9,3%, taxa superior em 0,4 p.p. à observada no mês anterior e a mais elevada desde outubro de 1992;
- Indicador de inflação subjacente (índice total excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos): 6,9% (6,5% no mês anterior), o registo mais alto desde fevereiro de 1994;
- Índice relativo aos produtos energéticos: 22,2% (taxa inferior em 1,8 p.p. face ao mês precedente);
- Índice referente aos produtos alimentares não transformados: 16,9% (15,4% em agosto), taxa mais elevada desde julho de 1990.

Face ao mês anterior, a variação do IPC em setembro terá sido 1,2% (-0,3% em agosto e 0,9% em setembro de 2021).

Estima-se que, em setembro, a variação média do IPC nos últimos doze meses tenha sido de 6,0% (5,3% no mês anterior).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) – indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia, e em particular na Área do Euro –, terá registado em Portugal, em setembro, uma variação homóloga de 9,8% (9,3% mês anterior).



	Variação Mensal (%) ¹		Variação Homóloga (%) ¹	
	ago-22	set-22*	ago-22	set-22*
IPC				
Total	-0,31	1,23	8,94	9,29
Total exceto habitação	-0,34	1,27	9,21	9,56
Total exc. prod. alim. não transf. e energ.	0,02	1,56	6,49	6,90
Produtos alimentares não transformados	1,28	0,66	15,43	16,90
Produtos energéticos	-4,94	-0,80	23,99	22,23
IHPC				
Total	-0,2	1,3	9,3	9,8

¹Valores arredondados a duas e a uma casas decimais.

*Valores estimados

Mais informação:
Estimativa Rápida do IPC/IHPC – setembro de 2022
30 de setembro de 2022

Preços da habitação aumentaram 13,2% no 2.º trimestre de 2022

No 2.º trimestre de 2022, em termos homólogos:

- O Índice de Preços da Habitação (IPHab) cresceu 13,2% (+0,3 p.p. que no trimestre anterior);
- A subida dos preços foi diferenciada, sendo:
 - » De 14,7% nas habitações existentes; e
 - » De 8,4% nas habitações novas;
- O número de habitações transacionadas (43 607) cresceu 4,5%; e
- O valor das habitações transacionadas (8,3 mil milhões de euros) aumentou 19,5%.



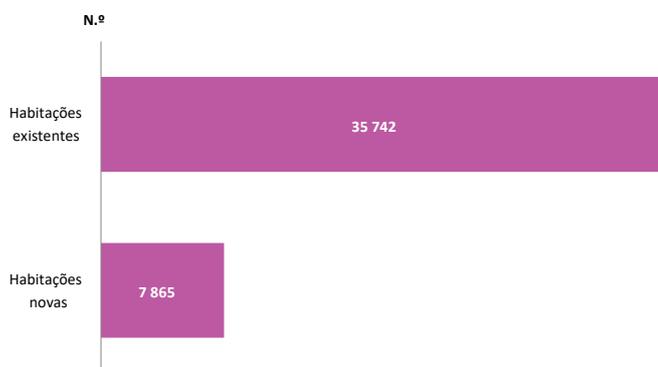
Índice de Preços da Habitação
(variação homóloga)



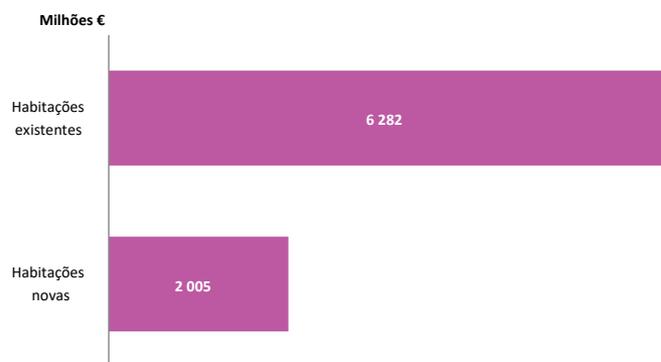
No 2.º trimestre de 2022, relativamente ao trimestre anterior:

- O IPHab aumentou 3,1% (3,8% no 1.º trimestre de 2022);
- O aumento dos preços nas habitações existentes foi mais intenso do que nas habitações novas: 3,9% e 0,6%, respetivamente;
- As transações registaram um aumento de 0,1% (-5,1% no trimestre anterior).

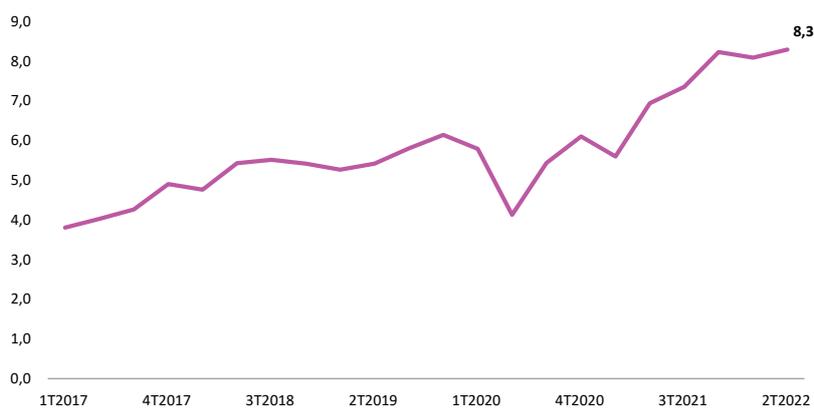
Transação de Habitações (N.º)
2.º trimestre de 2022



Transação de Habitações (valor)
2.º trimestre de 2022



Valor das transações de alojamentos
Total (mil milhões de euros)



No trimestre de referência, observou-se ainda que:

- As habitações adquiridas por famílias corresponderam a:
 - » 38 181 unidades (87,6% do total); e
 - » 7,2 mil milhões de euros (86,7% do total);
- As habitações adquiridas por compradores sem domicílio fiscal no território nacional representaram:
 - » 6,4% do número total de transações (2 783 habitações); e
 - » 11,9% do valor transacionado.

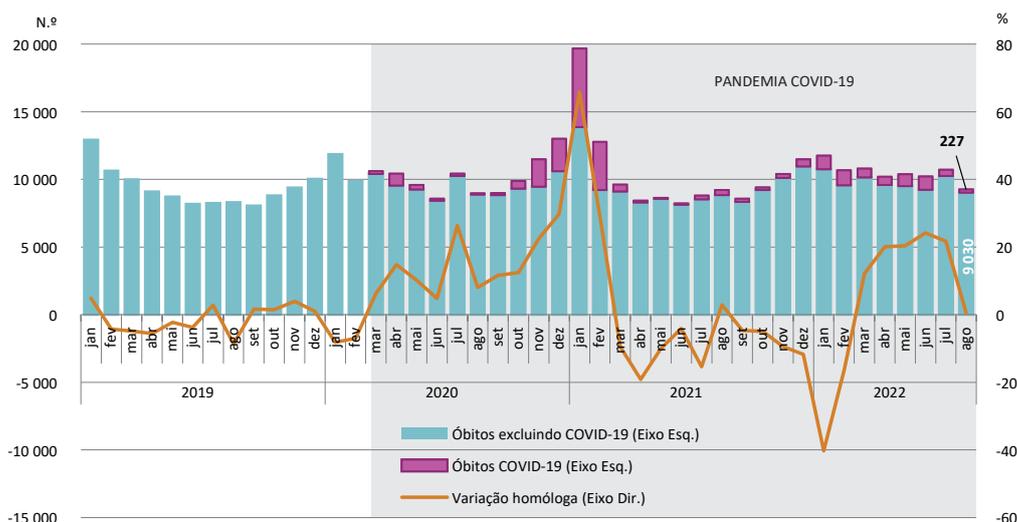
Em agosto, a mortalidade voltou a valores de 2021

Mortalidade

Em agosto de 2022:

- Foram registados 9 257 óbitos, valor que é inferior ao verificado no mês precedente (-1 462 óbitos; -13,6%) e próximo do observado em agosto de 2021 (+39 óbitos; +0,4%);

Óbitos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a agosto de 2022



- O número de óbitos por COVID-19:
 - » Foi 227, o que representa 2,5% da mortalidade total;
 - » Registou decréscimos relativamente ao mês anterior (-233 óbitos) e face a agosto de 2021 (-155).

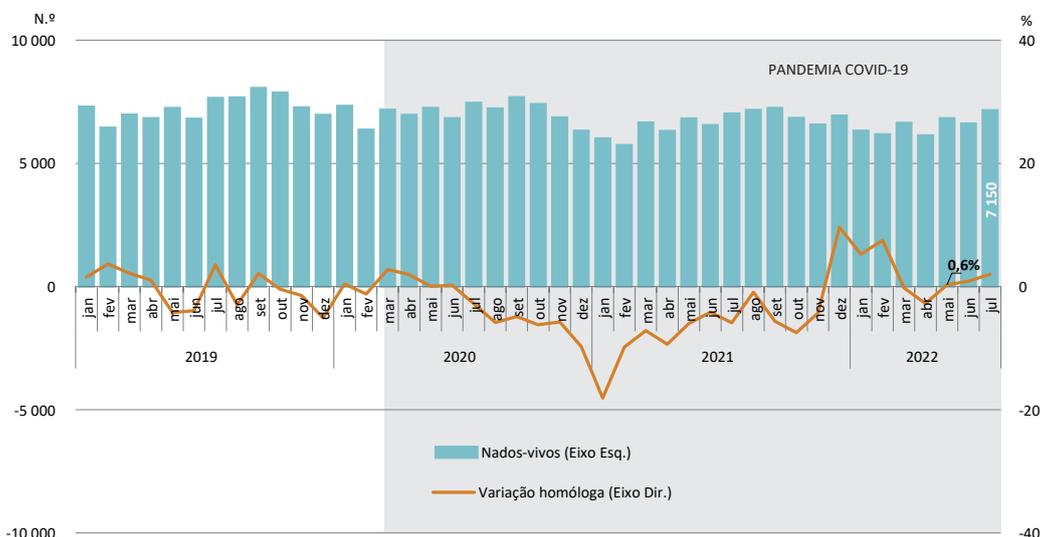
De janeiro a agosto de 2022, registaram-se 83 971 óbitos, menos 1 366 que no período homólogo de 2021 (-1,6%).

Natalidade

Em julho de 2022, foram registados 7 150 nados-vivos, um aumento de 2,0% relativamente a julho de 2021 (7 009).

No entanto, o número total de nados-vivos registado nos primeiros sete meses de 2022 (45 835) foi superior ao verificado no mesmo período de 2021 (45 059), representando mais 776 nados-vivos (+1,7%).

Nados-vivos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a julho de 2022

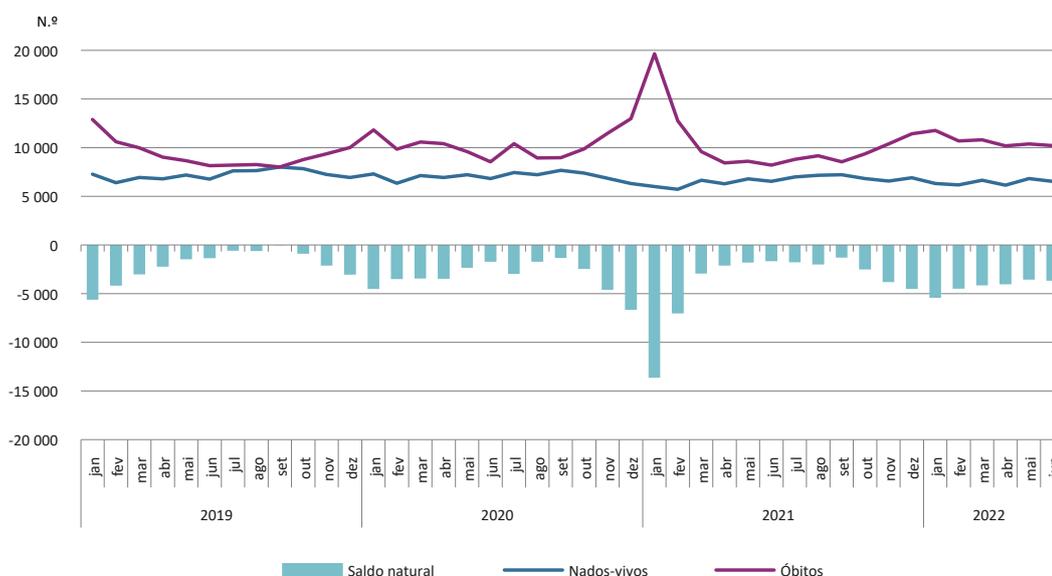


Saldo natural

No mês de julho de 2022, o saldo natural foi -3 555, agravando-se face ao do mês homólogo de 2021, quando registou o valor de -1 788.

No primeiros sete meses de 2022, o valor acumulado do saldo natural foi -28 730, apresentando um desagravamento relativamente ao observado no mesmo período de 2021 (-31 027), mas agravando-se quando comparado com o período homólogo de 2019 (-18 541) e de 2020 (-22 035).

Nados-vivos, óbitos e saldo natural, Portugal, janeiro de 2019 a julho de 2022

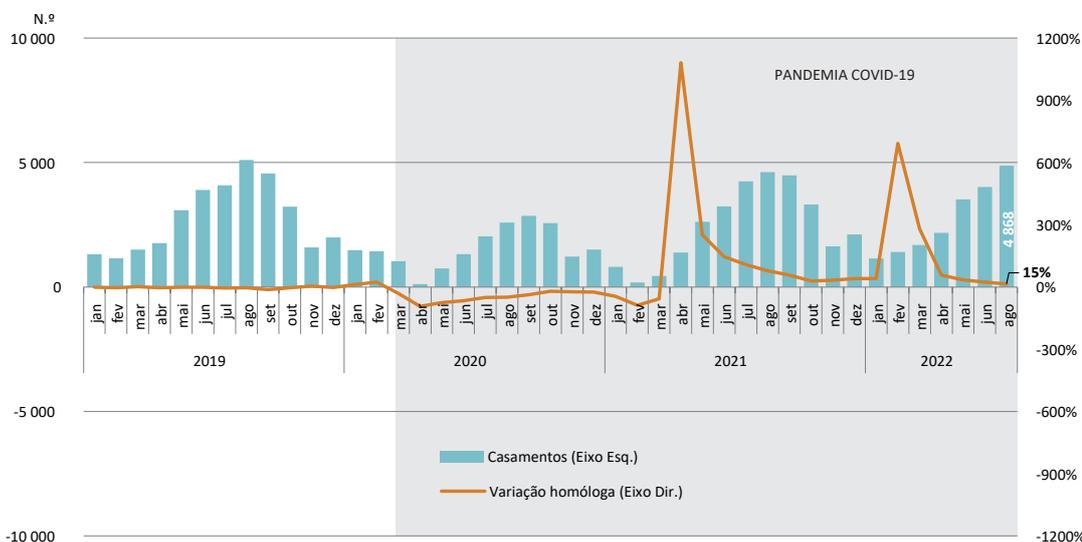


Casamentos

Em julho de 2022, celebraram-se 4 868 casamentos, correspondendo a um aumento de 626 casamentos (+14,8%) relativamente a Julho de 2021*.

Nos primeiros sete meses de 2022, foram celebrados 18 818 casamentos, mais 5 903 que no período homólogo de 2021 e, respetivamente, mais 2 006 e mais 10 648 do que nos meses homólogos de 2019 e de 2020.

Casamentos e variação homóloga, Portugal, janeiro de 2019 a julho de 2022



* Corrigido texto, em 09/11/2022

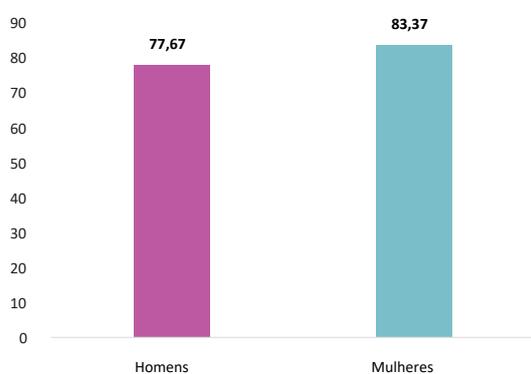
Esperança de vida à nascença diminuiu em todas as Regiões do Continente

No triénio 2019-2021:

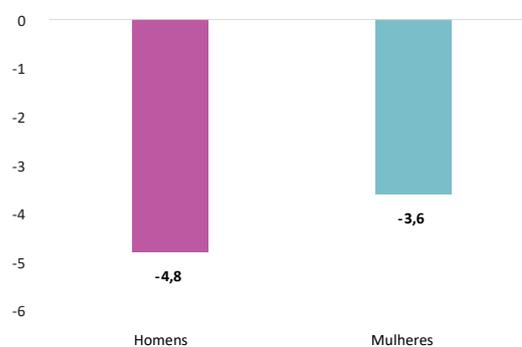
- A esperança de vida à nascença em Portugal foi estimada em 80,72 anos, o que correspondeu a uma redução de 0,34 anos (4,1 meses) relativamente ao triénio anterior (81,06 anos);

À nascença, os homens podiam esperar viver 77,67 anos e as mulheres 83,37 anos, o que, também relativamente a 2018-2020, corresponde a reduções de 4,8 meses para os homens e 3,6 meses para as mulheres;

Esperança de vida à nascença
em 2019-2021
(anos)

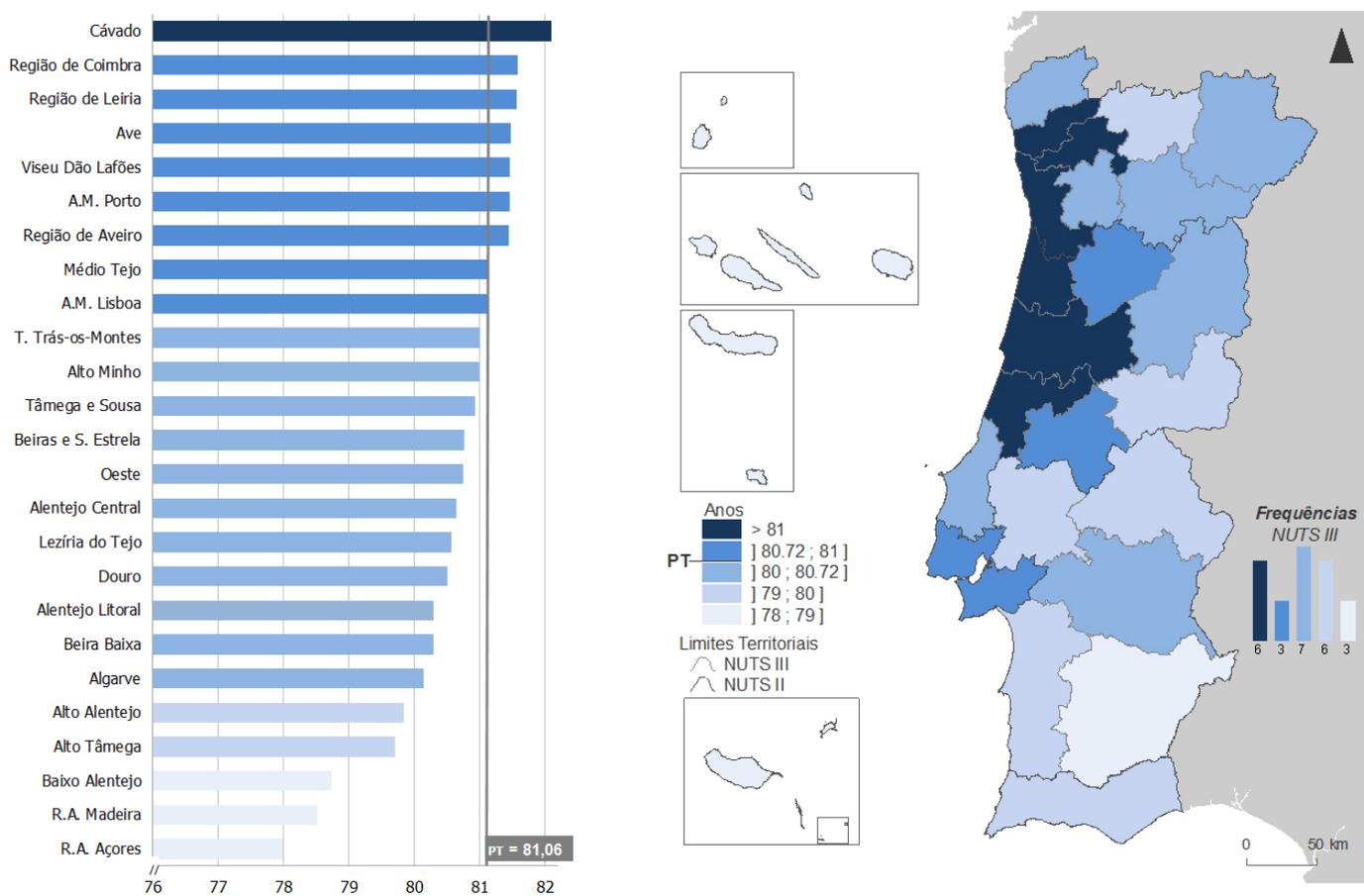


Esperança de vida à nascença
em 2019-2021 - Variação face a 2018-2020
(meses)



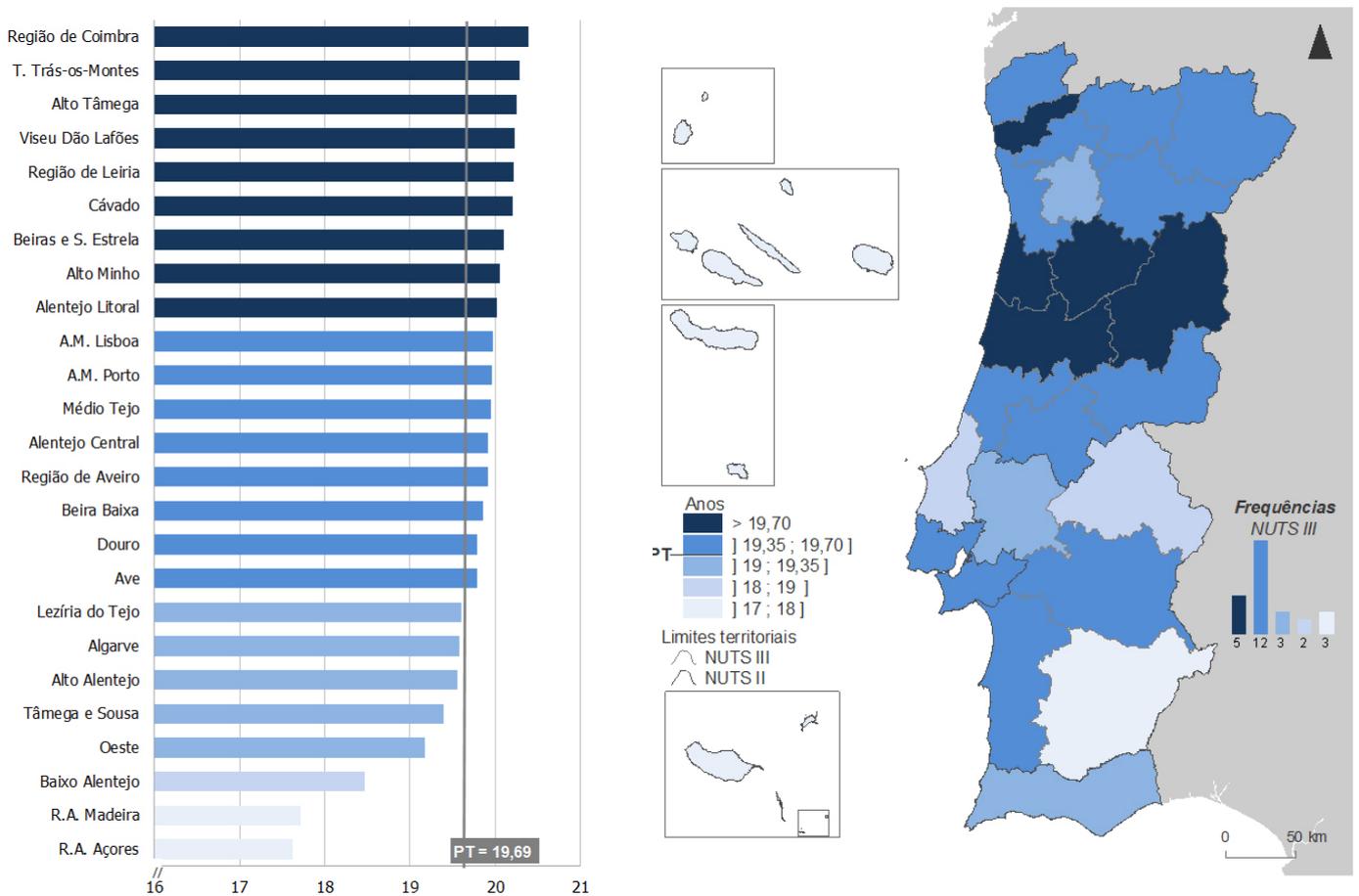
- Em resultado do aumento do número de óbitos no contexto da pandemia decorrente da doença COVID-19, também se registaram reduções na esperança de vida para a maioria das regiões NUTS II e III. Todavia, o impacto da pandemia COVID-19 nas regiões foi diferenciado:
 - » Por NUTS II, registaram-se reduções na esperança de vida à nascença em todas as regiões, com exceção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. A maior redução observou-se no Alentejo (cerca de 7 meses);
 - » Por NUTS III, registaram-se reduções em todas as regiões do Continente, a maior na Lezíria do Tejo (-7,44 meses) e a menor no Alto Tâmega (cerca de 1 mês);

Esperança de vida à nascença, NUTS III, 2019-2021



- A esperança de vida aos 65 anos em Portugal foi estimada em 19,35 anos (-4,1 meses que no triénio anterior), sendo de 17,38 anos para os homens e de 20,80 anos para as mulheres (-4,6 e -3,7 meses, respetivamente, face a 2018-2020);
 - » Por NUTS II, registaram-se reduções na esperança de vida aos 65 anos em todas as regiões, com exceção da Região Autónoma da Madeira, na qual aumentou ligeiramente. A maior redução observou-se no Alentejo (cerca de 7 meses);
 - » Por NUTS III, a esperança de vida aos 65 anos só não diminuiu na Região Autónoma da Madeira, onde se registaram ligeiros ganhos na esperança de vida, de cerca de meio mês. A maior redução observou-se no Alto Alentejo (-1,12 anos).

Esperança de vida aos 65 anos, NUTS III, 2019-2021



Mais informação:
 Tábuas de Mortalidade para Portugal por NUTS – 2019-2021
 26 de setembro de 2022

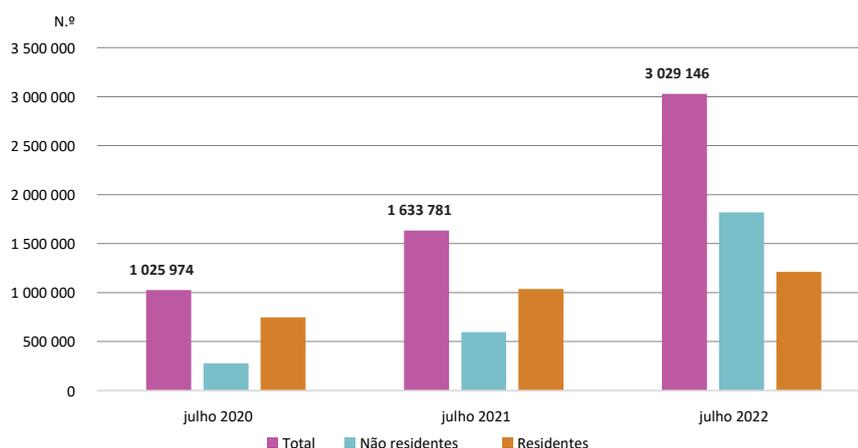
Dormidas ultrapassam os níveis de 2019 em todas as regiões, exceto no Algarve

Hóspedes e Dormidas

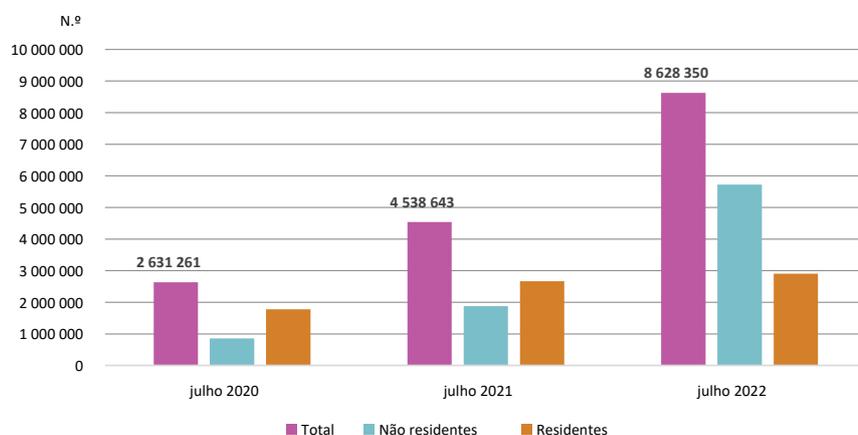
Em julho de 2022¹:

- O sector do alojamento turístico² registou:
 - » 3,0 milhões hóspedes, o que representa aumentos de 85,4% e 6,3% face aos períodos homólogos de 2021 e 2019, respetivamente (+97,6% no mês anterior);
 - » 8,6 milhões de dormidas, correspondendo a acréscimos de 90,1% e 4,8% face ao mesmo mês de 2021 e 2019, respetivamente (+110,7% em junho);
- O mercado interno contribuiu com 2,9 milhões de dormidas, ou seja, +9,1% do que em 2021 e +15,8% do que em 2019;
- O contributo dos mercados externos, 5,7 milhões de dormidas, representa um aumento de +205,2% face a 2021 e um registo idêntico ao de 2019;

Hóspedes nos estabelecimentos turísticos, Portugal



Dormidas nos estabelecimentos turísticos, Portugal

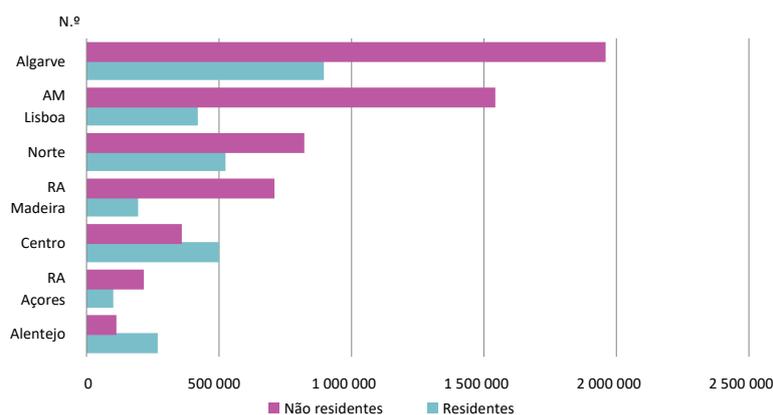


¹ A informação aqui divulgada integra: até final de 2021, resultados definitivos; de janeiro a junho de 2022, resultados provisórios; e em julho de 2022, resultados preliminares.

² Inclui três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

- Todas as regiões NUTS II registaram aumentos homólogos nas dormidas;
O Algarve concentrou 33,1% do total, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (22,7%), o Norte (15,6%), a Região Autónoma da Madeira (10,5%) e o Centro (10,0%);
- Comparando com julho de 2019, apenas o Algarve registou um decréscimo (-4,5%). Os aumentos mais expressivos ocorreram na R.A. Madeira (+21,0%), no Norte (+14,9%) e no Centro (+10,6%).

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico,
por região NUTS II - julho de 2022



No período janeiro-julho de 2022, as dormidas:

- Aumentaram 194,3% em termos homólogos (58,5% nos residentes e 406,2% nos não residentes);
- Continuaram aquém (-4,4%) das registadas no mesmo período de 2019, situação que se deve à diminuição de 9,4% nos não residentes, dado que nos residentes registaram um aumento de 7,8%;
- Considerando a globalidade dos meios de alojamento (isto é, acrescentando, aos estabelecimentos de alojamento turístico, o campismo e as colónias de férias e pousadas da juventude), registaram-se:
 - » 15,5 milhões de hóspedes (aumento de 167,5% em termos homólogos);
 - » 40,9 milhões de dormidas (acréscimo de 176,9% face ao período janeiro-julho de 2021).

Proveitos

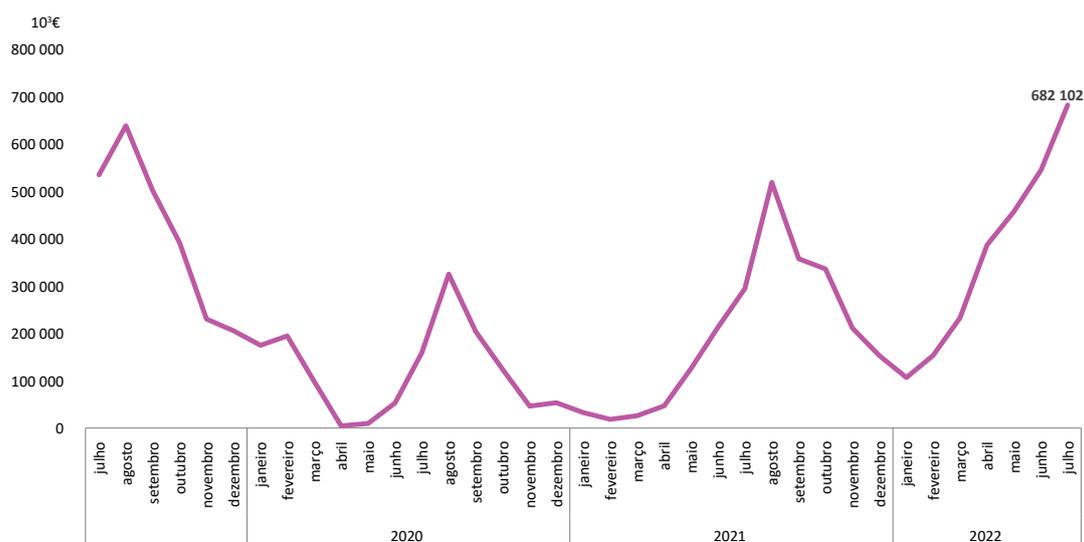
Em julho de 2022, nos estabelecimentos de alojamento turístico:

- Os proveitos atingiram 682,1 milhões de euros no total (+131,9% em termos homólogos), dos quais 535,0 milhões de euros foram relativos a aposento (+138,8%);
- Comparando com julho de 2019, registaram-se aumentos de 27,6%, quer nos proveitos totais, quer nos de aposento;
- O Algarve concentrou 37,8% dos proveitos totais e 37,4% nos relativos a aposento, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (25,2% e 26,2%, respetivamente) e o Norte (13,3% e 13,5%, pela mesma ordem);
- O rendimento médio por quarto disponível situou-se em 86,1 euros, aumentando 113,8% face ao mês homólogo de 2021 (+122,8% em junho) e 23,0% em comparação com julho de 2019;
- O rendimento médio por quarto ocupado atingiu 127,2 euros, o que representa crescimentos de 28,5% relativamente a julho de 2021 (+27,2% em junho) e de 19,0% face a julho de 2019.

Nos primeiros sete meses de 2022:

- Os proveitos cresceram 239,4% no total e 242,9% nos de aposento, relativamente ao período homólogo de 2021;
- Face ao mesmo período de 2019, registaram-se aumentos de 10,0% nos proveitos totais e de 11,0% nos de aposento.

Proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico



Mais informação:
Atividade Turística – julho de 2022
14 de setembro de 2022



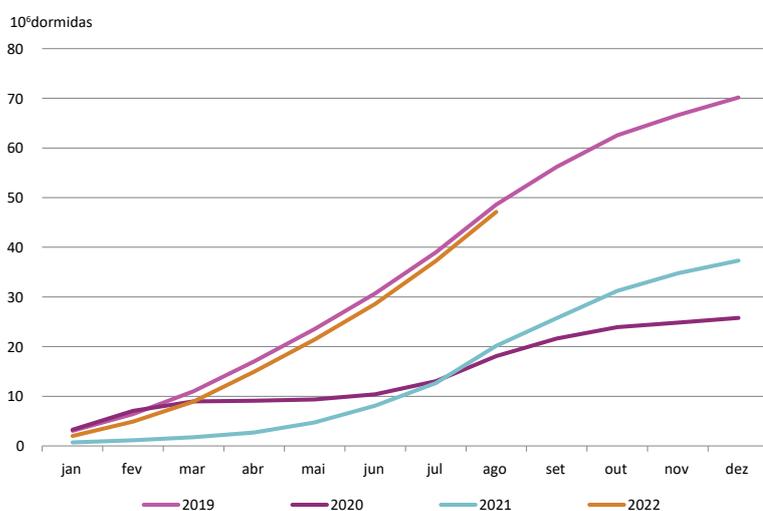
Total de hóspedes e dormidas atingiram máximos em agosto, mas com ligeira redução nos mercados externos face a 2019

Em agosto de 2022:

- O sector do alojamento turístico¹ registou 3,4 milhões de hóspedes e 9,9 milhões de dormidas. Estes resultados representam, face ao mesmo mês do ano anterior, aumentos de:
 - » 33,0% nos hóspedes (+85,4% em julho);
 - » 31,9% nas dormidas (+90,0% em julho);

Face a agosto de 2019, registaram-se aumentos de 1,2% nos hóspedes e 2,8% nas dormidas;

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês
Valores acumulados



- O mercado interno contribuiu com 3,7 milhões de dormidas (-11,4% em termos homólogos) e os mercados externos totalizaram 6,2 milhões (+86,9%);
- Face a agosto de 2019, as dormidas de residentes aumentaram 8,2% e as de não residentes tiveram uma redução de 0,2%;
- A distribuição do total de dormidas por tipo de alojamento foi a seguinte:
 - » Hotelaria: 81,1%;
 - » Alojamento local: 13,8%;
 - » Turismo em espaço rural e de habitação: 5,1%.

Dormidas em agosto de 2022 – variações homólogas

Tipo de alojamento	Varição face a agosto de 2021	Varição face a agosto de 2019
Hotelaria	+32,1%	+2,8%
Alojamento local	+39,0%	-3,8%
Turismo no espaço rural e de habitação	+14,2%	+26,6%

- A estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico (2,93 noites) diminuiu 0,8% em termos homólogos (+2,5% em julho), sendo de:
 - » 2,61 noites nos residentes (-6,8% em termos homólogos);
 - » 3,17 noites nos não residentes (-0,4% face ao mesmo mês do ano passado);
 - Todas as regiões NUTS II registaram aumentos homólogos nas dormidas. O Algarve concentrou 32,2% do total, seguindo-se a Área Metropolitana de Lisboa (21,1%), o Norte (16,5%) e o Centro (11,6%);
- Comparando com agosto de 2019, apenas o Algarve registou decréscimo (-4,5%) e os aumentos mais expressivos ocorreram na R.A. Madeira (+16,9%) e no Norte (+15,9%);

¹ Inclui três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas (de acordo com o limiar estatístico previsto no Regulamento UE 692/2011) e turismo no espaço rural/de habitação.

- Relativamente às dormidas de não residentes nos estabelecimentos de alojamento turístico, face a agosto de 2019:

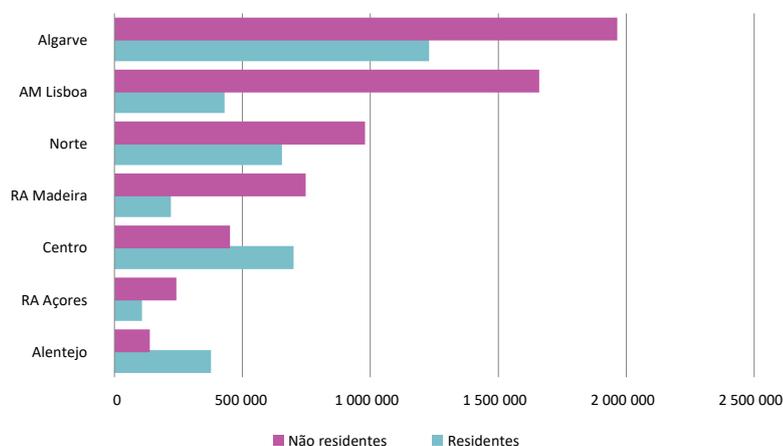
» Em termos de quotas, evidenciaram-se os mercados emissores:

- Britânico: 17,7% do total;
- Espanhol: 17,6%;
- Francês: 12,9%; e
- Alemão: 9,2%;

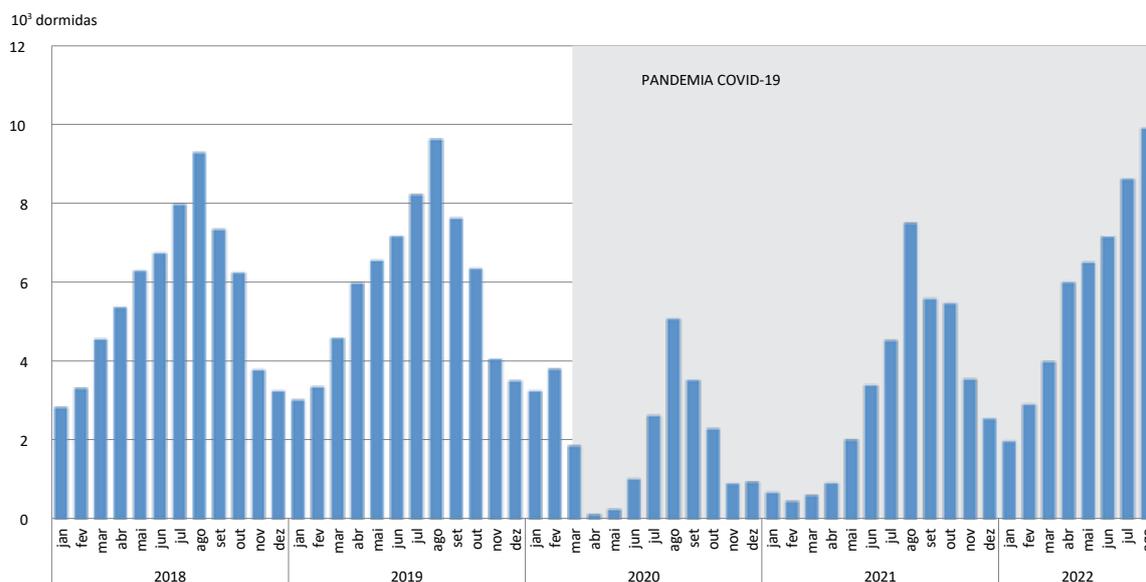
» Em termos de variações, destacaram-se os mercados:

- Checo: +51,1%;
- Norte americano: +28,3%
- Suíço: +25,9%;
- Dinamarquês: +24,6%; e
- Romeno: +24,2%.

Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por região NUTS II - agosto de 2022



Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por mês



Em agosto, 11,8% dos estabelecimentos de alojamento turístico estiveram encerrados ou não registaram movimento de hóspedes (18,6% em agosto de 2021).

Nos primeiros oito meses de 2022:

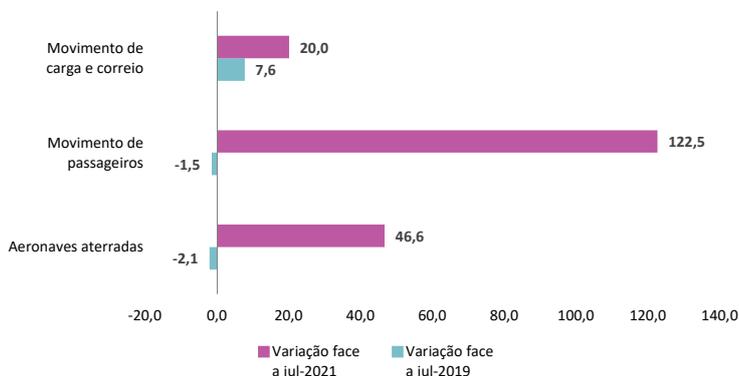
- As dormidas totais aumentaram 133,8% em termos homólogos, com os acréscimos parcelares de 33,7% nos residentes e 278,4% nos não residentes;
- Comparando com o mesmo período de 2019, as dormidas decresceram 3,0%, em consequência da redução nos não residentes: -7,7%. As dormidas de residentes registaram uma taxa de variação de valor simétrico (+7,7%), mas, como é referido atrás, tiveram uma expressão bastante inferior no total de dormidas.

Desembarque médio diário de passageiros (104,3 mil) muito próximo do nível de 2019 (105,5 mil)

Em julho de 2022, nos aeroportos portugueses:

- Aterraram 22,8 mil aeronaves em voos comerciais (+46,6% em termos homólogos);
- O número de passageiros, no conjunto de embarques, desembarques e trânsitos diretos, foi 6,2 milhões (+122,5% em termos homólogos);
- Em média, desembarcaram por dia 104,3 mil passageiros (95,9 mil no mês anterior), aproximando-se do observado em julho de 2019 (105,5 mil);
- O movimento de carga e correio totalizou 19,8 mil toneladas (+20,0% em termos homólogos);
- Comparando com julho de 2019:
 - » O número de aeronaves aterradas foi inferior em 2,1%;
 - » O número de passageiros diminuiu 1,5%; e
 - » A carga e o correio movimentados aumentaram 7,6%.

Movimento nos aeroportos nacionais, julho 2022
(Variações homólogas, %)



Aeronaves aterradas nos aeroportos nacionais



Passageiros movimentados nos aeroportos nacionais



Carga/correio movimentados nos aeroportos nacionais



No período janeiro-julho de 2022:

- O número de passageiros nos aeroportos (30,6 milhões) aumentou 269,1% em termos homólogos (-10,7% face a igual período de 2019);
- O aeroporto de Lisboa movimentou 49,3% do total de passageiros (15,1 milhões) e registou um crescimento homólogo de 300,0% (-15,0% comparando com o mesmo período de 2019);
- Considerando os três aeroportos com maior tráfego anual de passageiros, Faro registou o maior acréscimo face a 2021 (+397,7%) e o Porto registou a maior aproximação aos níveis de 2019 (-8,3%);
- O Reino Unido foi o principal país de origem e de destino dos voos, com crescimentos homólogos de 589,2% no número de passageiros desembarcados (2 269,7 mil) e 675,4% no número de passageiros embarcados (2 170,7 mil);

A magnitude deste crescimento é justificada pelo efeito de base que decorre do encerramento do corredor aéreo entre Portugal e o Reino Unido em grande parte do primeiro semestre de 2021;

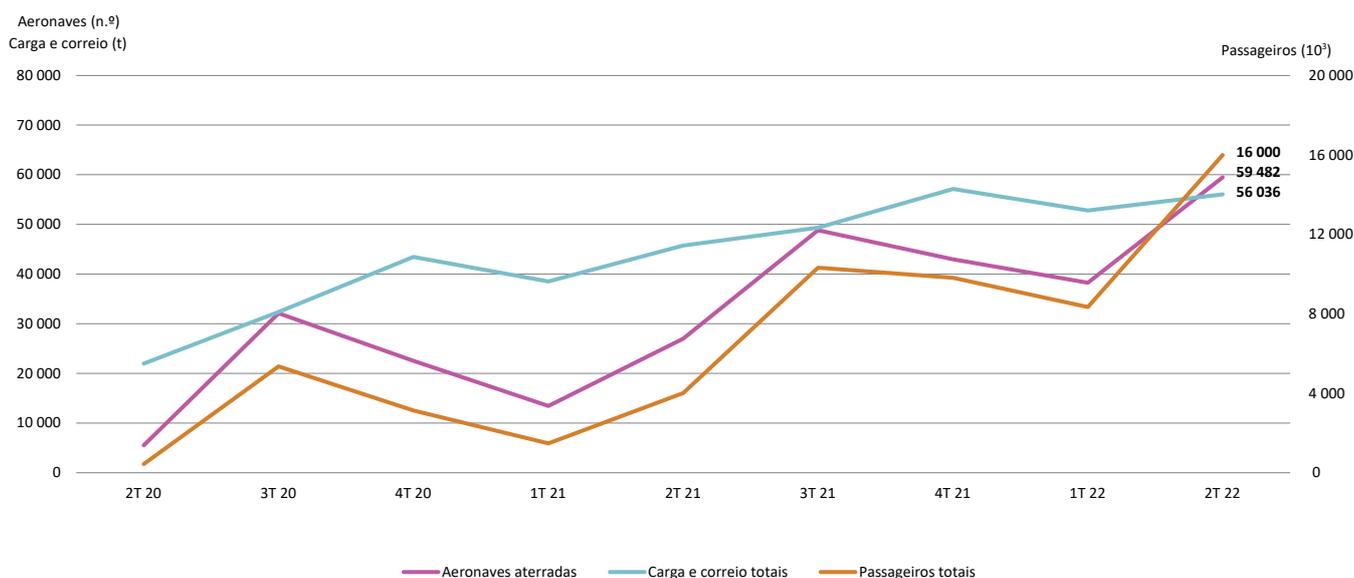
- Seguiu-se a França, com aumentos de 192,3% nos passageiros desembarcados (2 038,3 mil) e 221,9% nos passageiros embarcados (1 941,0 mil), face ao mesmo período de 2021;
- A Espanha ocupou a 3.ª posição, como principal país de origem (1 413,0 mil) e de destino (1 369,7 mil).

Transporte de passageiros mantém tendência de aproximação aos níveis de 2019

No 2.º trimestre de 2022:

- Os aeroportos nacionais movimentaram 16,0 milhões de passageiros, o que corresponde a:
 - » +299,2% relativamente ao período homólogo de 2021 (+465,7% no trimestre anterior);
 - » -4,3% por comparação com o 2.º trimestre de 2019;
- Os passageiros transportados sobre carris foram:
 - » 43,4 milhões por comboio, o que corresponde a acréscimos de 51,0% e 0,9% face, respetivamente, ao mesmo período de 2021 e de 2019;
 - » 54,9 milhões por metropolitano, o que representa variações +67,2% e -19,8% relativamente aos trimestres homólogos 2021 e de 2019;
- O transporte de passageiros por via fluvial atingiu os 4,8 milhões, registando:
 - » Um aumento de 62,5% em relação ao 2.º trimestre de 2021 (+105,2% no trimestre anterior);
 - » Uma redução de 11,5% comparativamente ao 2.º trimestre de 2019;
- Relativamente ao transporte de mercadorias, verificaram-se as seguintes taxas de variação face aos segundos trimestres de 2021 e de 2019, respetivamente:
 - » Via aérea: +22,5% e +8,8%;
 - » Ferrovia: -2,1% (+6,3% no trimestre anterior) e +4,2%;
 - » Via marítima: +1,0% (+0,8% no trimestre anterior) e +1,4%;
 - » Rodovia: -3,5% e -0,8%.

Aeronaves, passageiros e carga/correio nos aeroportos nacionais



Preços na produção e no consumidor desaceleram ligeiramente, mas mantêm crescimentos elevados

Enquadramento externo

Em agosto de 2022, na Área do Euro:

- O indicador de sentimento económico diminuiu, prolongando o perfil observado desde novembro de 2021. Esta evolução resultou do agravamento dos níveis de confiança na “Indústria” e nos “Serviços”;
- O indicador de confiança dos consumidores evoluiu em sentido distinto, registando um aumento;
- Observaram-se igualmente acréscimos, ainda que em menor grau, dos níveis de confiança nos sectores de atividade “Comércio a retalho” e “Construção”.

Atividade económica

O indicador de clima económico diminuiu em agosto de 2022, contrariando o aumento registado em julho e afastando-se do nível observado em fevereiro, quando atingiu o valor máximo desde março de 2019.

O indicador de atividade económica estabilizou em julho, após o abrandamento registado entre março e junho.

Também em julho, os indicadores de curto prazo relativos à atividade económica, na perspetiva da produção:

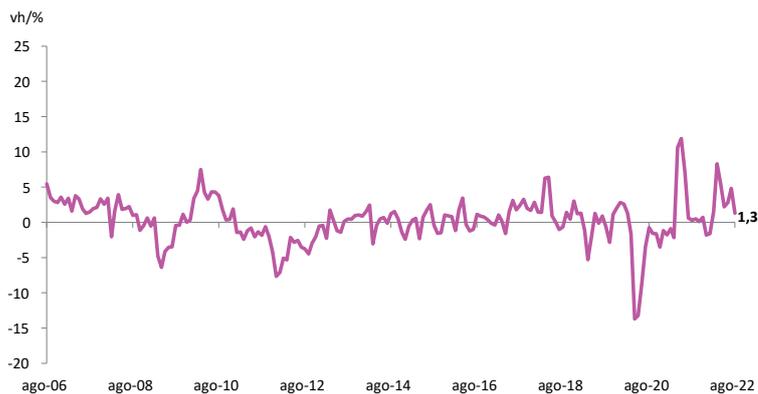
- Em termos nominais:
 - » Continuaram a apontar para elevados crescimentos homólogos;
 - » Abrandaram na “Indústria”; e
 - » Aceleraram nos “Serviços”;
- Em termos reais:
 - » Aceleraram na “Construção”; e
 - » Diminuíram na “Indústria”.

Ainda em julho de 2022, e em termos homólogos:

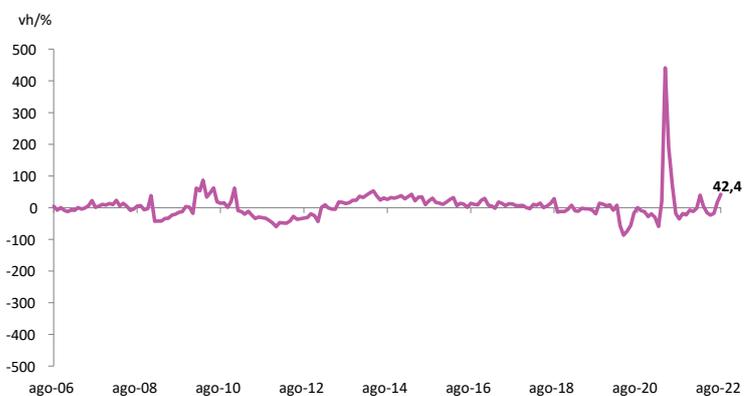
- O Índice de Produção Industrial decresceu 0,1% (+3,9% no mês precedente);
- O Índice de Volume de Negócios na Indústria aumentou 24,3% (variações de 29,0% e 31,6% em maio e junho), continuando a refletir o expressivo aumento de preços na Indústria (24,8% em julho);
- O Índice de Volume de Negócios nos Serviços apresentou uma variação homóloga de +18,5% (+17,3% no mês anterior);
- O Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho (deflacionado) acelerou para 4,8% (3,4% em junho);
- O Índice de Produção na Construção acelerou pelo terceiro mês consecutivo, registando uma variação de 3,0% (2,2% em junho);
- Na atividade turística, o número de dormidas aumentou 90,1% (+110,7% em junho), apresentando também um crescimento, de 4,8%, face a julho de 2019.

Em agosto de 2022, o consumo médio de eletricidade em dia útil registou uma variação homóloga de +1,3% (+2,8% em junho e +4,8% e julho).

Consumo médio de energia elétrica (em dia útil)



Vendas de automóveis ligeiros de passageiros



Consumo privado

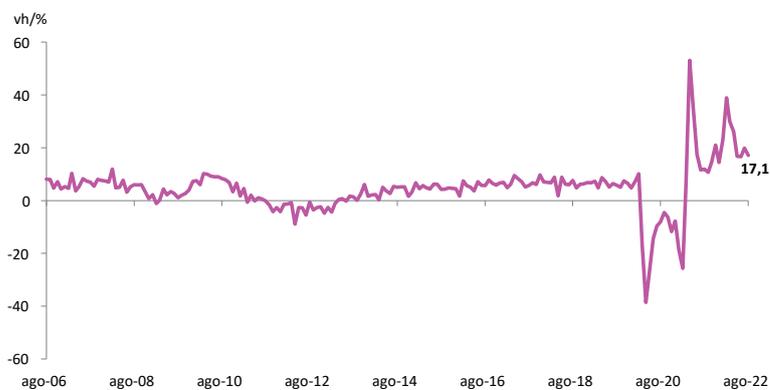
O indicador quantitativo de consumo privado acelerou em julho, após ter desacelerado entre março e junho.

Em agosto de 2022, em termos homólogos:

- As vendas de automóveis ligeiros de passageiros registaram uma variação de +42,4% (+17,7% no mês anterior; +35,8% em agosto de 2021);

- O montante global de levantamentos nacionais, de pagamentos de serviços, e de compras em terminais de pagamento automático (TPA) apresentou um crescimento de 17,1% (+19,9% no mês anterior);

Operações na rede multibanco (valor)



- O indicador de confiança dos Consumidores estabilizou, após ter aumentado no mês anterior, mantendo-se num patamar relativamente estável desde a forte queda registada em março.

Investimento

O indicador de Formação Bruta de Capital Fixo acelerou em julho, após o abrandamento registado no mês anterior.

Esta evolução resultou:

- Do contributo significativamente positivo da componente “Máquinas e Equipamentos”, que tinha sido negativo no mês precedente;
- Do contributo ligeiramente menos negativo da componente “Material de transporte”, face ao verificado em junho;
- Do contributo negativo da componente “Construção”, que foi quase simétrico ao contributo positivo que apresentou no mês precedente.

Procura externa

Em julho de 2022, as exportações e as importações de bens registaram variações homólogas nominais de 28,3% e 29,2%, respetivamente (37,4% e 41,8%, pela mesma ordem, em junho de 2022).

As variações em valor das exportações e importações de bens refletem aumentos significativos nos respetivos preços.

O aumento mais expressivo dos preços implícitos das importações de bens comparativamente às exportações de bens traduz perdas dos termos de troca, devido sobretudo à evolução dos preços dos bens energéticos, contribuindo para a deterioração do saldo externo de bens.

Mercado de trabalho

Em julho de 2022:

- A taxa de desemprego (16 a 74 anos) fixou-se em 5,9%, menos 0,1 p.p. que no mês anterior (5,9% três meses antes e 6,6% em julho de 2021);
- A taxa de subutilização do trabalho (16 a 74 anos) situou-se em 11,5%, menos 0,1 p.p. que no mês anterior (12,4% em julho de 2021);
- A população empregada (16 a 74 anos) diminuiu 0,1% face ao mês anterior e aumentou 0,9% em termos homólogos (variação homóloga de 1,3% em junho);
- As remunerações médias mensais declaradas por trabalhador à Segurança Social cresceram 3,6% em termos homólogos (variação de 3,5% no mês precedente e de 4,2% em julho de 2021).

Preços

Em agosto de 2022, em termos homólogos:

- A variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi de 8,9%, menos 0,2 p.p. que no mês anterior, quando atingiu a taxa mais elevada desde novembro de 1992;
- O indicador de inflação subjacente (IPC total excluindo bens energéticos e alimentares não transformados) registou uma variação de 6,5% (6,2% em julho), a mais elevada desde março de 1994;
- O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor apresentou uma variação de 9,3%, valor inferior em 0,1 p.p. à do mês precedente, quando atingiu o nível mais elevado desde o início da série, em 1996;
- O Índice de Preços na Produção da Indústria Transformadora cresceu 23,4%, valor inferior em 2,5 p.p. ao observado no mês anterior, quando a taxa de variação deste índice atingiu o crescimento mais elevado da atual série.

O destaque a partir do qual foi elaborada esta síntese baseou-se na informação disponível até 16 de setembro de 2022.

Indicadores de confiança dos consumidores e de clima económico diminuem

Em setembro de 2022:

- O indicador de confiança dos Consumidores diminuiu, atingindo o valor mais baixo desde o início da pandemia, em abril de 2020, e situando-se num nível inferior ao observado em março de 2022, quando se verificou a segunda queda mais intensa da série;
- O saldo das opiniões dos Consumidores sobre a evolução passada dos preços aumentou ligeiramente, renovando o valor máximo da série que havia sido registado nos dois meses anteriores, na sequência da trajetória marcadamente ascendente iniciada em março de 2021;
- O indicador de clima económico diminuiu, como já acontecera no mês anterior, afastando-se do nível observado em fevereiro, em que atingiu o máximo desde março de 2019;



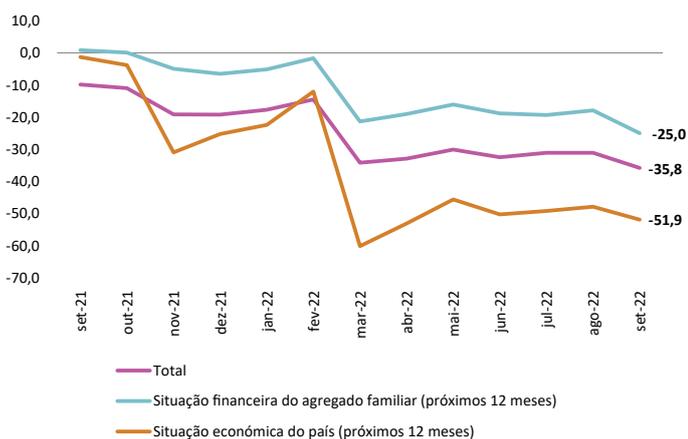
Indicador de Clima Económico



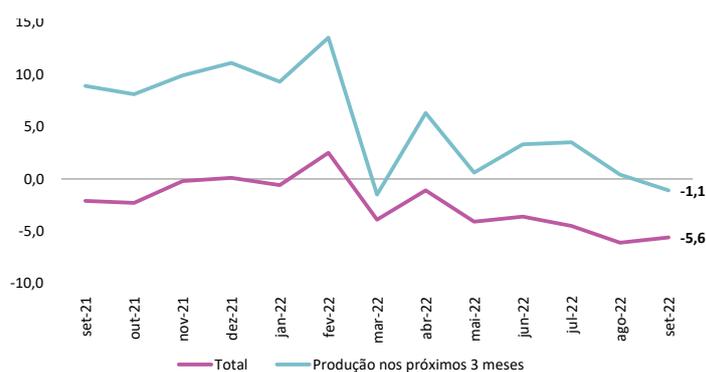
Indicadores de confiança (SRE*)

(valores das séries de base mensais, corrigidos de sazonalidade)

Indicador de Confiança dos Consumidores

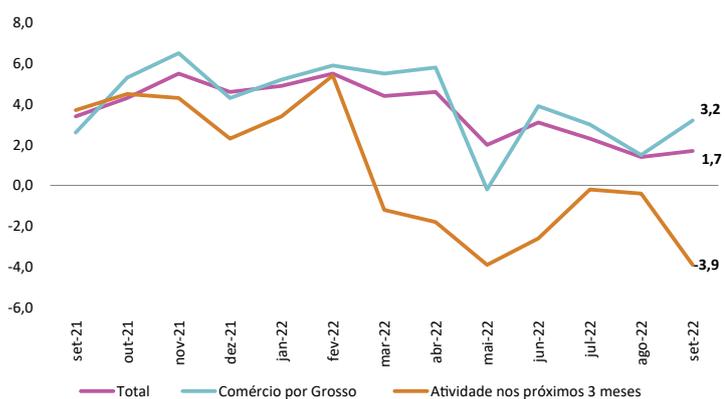


Indicador de Confiança da Indústria Transformadora



* SRE – Saldo de respostas extremas

Indicador de Confiança do Comércio



Indicador de Confiança dos Serviços



- Quanto ao indicador de confiança:
 - » Aumentou de forma ligeira na “Construção e Obras Públicas”, no “Comércio” e na “Indústria Transformadora”;
 - » Registou uma diminuição expressiva nos “Serviços”;
- O saldo das expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços de venda:
 - » Aumentou significativamente no “Comércio” e na “Indústria Transformadora”, embora situando-se ainda em níveis inferiores aos máximos das séries observados em março e abril, respetivamente;
 - » Também aumentou, mas de forma menos expressiva, nos “Serviços” e na “Construção e Obras Públicas”, permanecendo em níveis inferiores aos máximos atingidos em abril e junho.

A recolha de informação decorreu de 1 a 16 de setembro para o inquérito aos consumidores e de 1 a 22 de setembro no caso dos inquéritos às empresas.



Mais informação:
 Inquéritos de Conjuntura às Empresas e aos Consumidores – setembro de 2022
 29 de setembro de 2022

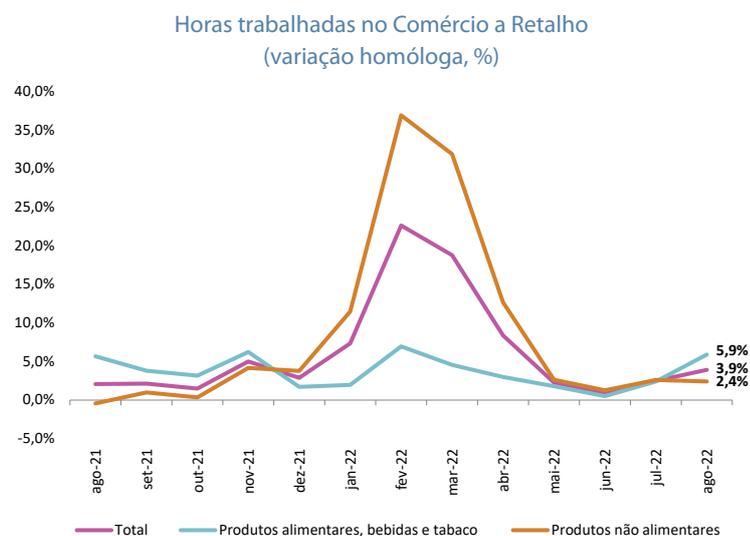
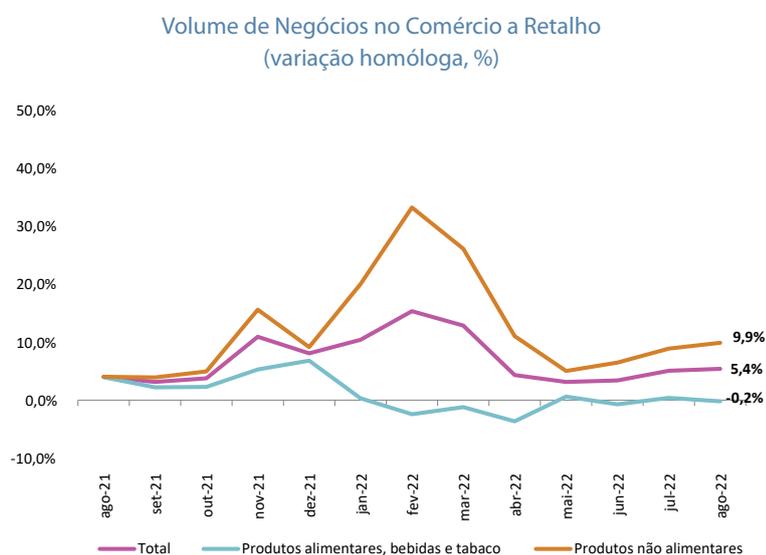
Vendas no Comércio a Retalho subiram 5,4% em volume

Em agosto de 2022, o sector do Comércio a Retalho registou as seguintes taxas de variação homóloga:

- +5,4% no Índice de Volume de Negócios (IVNCR)¹ (5,1% no mês anterior), valor que integra:
 - » -0,2% (-0,6 p.p. face a julho) nos Produtos Alimentares; e
 - » +9,9% (+1,0 p.p. face a julho) nos Produtos Não Alimentares;
- +3,7% no índice de emprego (+3,8% no mês anterior);
- +8,8% no índice de remunerações (+9,7% no mês anterior);
- +3,9% no índice de horas trabalhadas² (+2,5% no mês anterior).

A variação mensal do IVNCR em agosto foi +1,0% (valor idêntico no mês anterior).

Em termos nominais, o IVNCR passou de um acréscimo homólogo de 15,0% em julho para +14,9% em agosto, continuando a evidenciar efeitos pronunciados do crescimento dos preços.



¹ Índice total, ajustado de efeitos de calendário e de sazonalidade, deflacionado.

² Índice de horas trabalhadas ajustadas de efeitos de calendário.

Mais informação:

Índices de Volume de Negócios, Emprego, Remunerações e Horas Trabalhadas no Comércio a Retalho – agosto de 2022
30 de setembro de 2022

Em 2021 o Produto Interno bruto (PIB) ascendeu a 214,5 mil milhões de euros

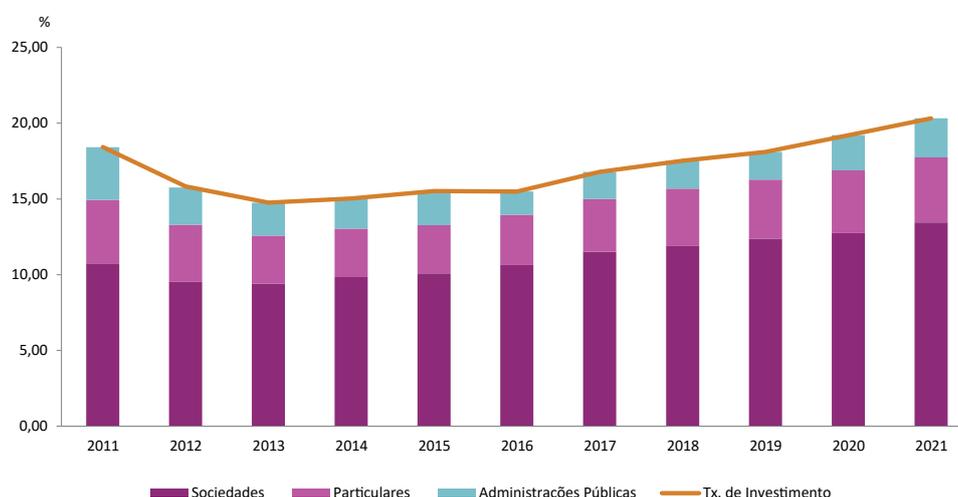
Em 2021:

- O PIB ascendeu a 214,5 mil milhões de euros, o que representou um crescimento nominal de 7,0% face a 2020 (ano marcado pelos efeitos da pandemia COVID-19, no qual se registou uma contração de 6,5%), mas também uma subida face a 2019, ainda que ligeira;

Todas as grandes componentes da despesa aumentaram em volume, com destaque para as “Exportações de Bens e Serviços” e a “Despesa de Consumo Final das Famílias”, que, no conjunto, foram responsáveis por 72% do crescimento do PIB em volume;

- A taxa de investimento na economia, medida pelo rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB, atingiu 20,3%, mais 1,1 p.p. que no ano anterior, como resultado dos aumentos de 13,2% e 7,0% da FBCF e do PIB nominal, respetivamente;

Taxa de investimento por sector institucional (% do PIB)



- O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 6,3% em termos nominais e 4,9% em volume, compensando parcialmente as evoluções negativas observadas em 2020 (-5,8% e -7,8%, pela mesma ordem);

São de destacar os ramos “Alojamento e Restauração” e “Transportes e Armazenagem”, que apresentaram as maiores taxas de crescimento do VAB em volume (+11,1% e +9,4%, respetivamente), ainda assim insuficientes para recuperarem das fortes quebras registadas em 2020 (-43,1% e -27,6%);

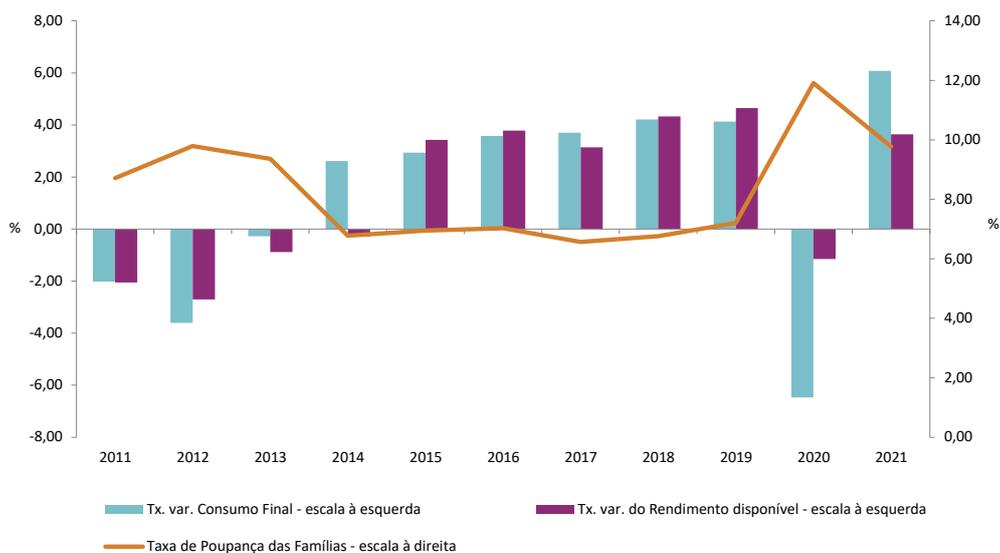
- O Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentou 7,3% em 2021, após uma diminuição de 5,5% em 2020;

O crescimento do RNB foi determinado principalmente pelo aumento do PIB nominal e, em menor grau, pelo aumento dos subsídios recebidos do exterior e pela melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior para -2,2% do PIB (-2,5% em 2020);

- O Rendimento Disponível Bruto (RDB) da economia registou um aumento de 7,9% (variação de -5,3% em 2020), que determinou o crescimento de 16,1% da poupança bruta da economia (diminuição de 9,9% no ano anterior), apesar da subida de 6,1% da Despesa de Consumo Final;

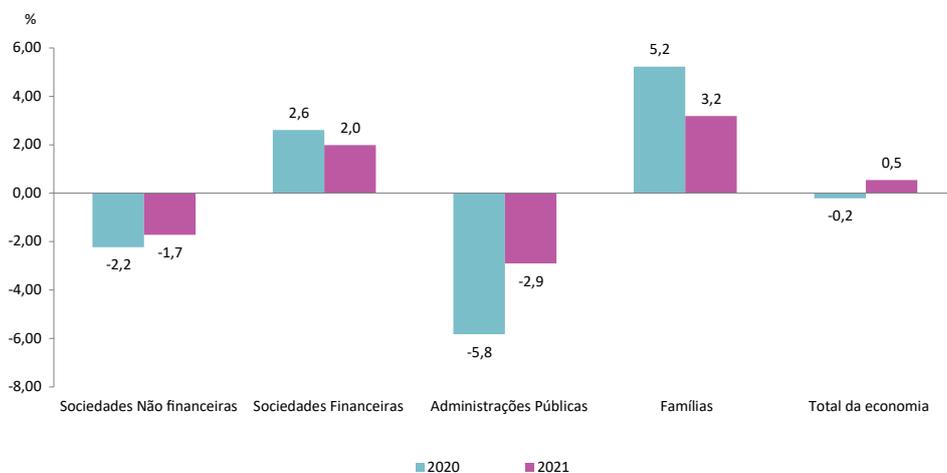
- A Despesa de Consumo Final das Famílias aumentou 6,1%, que compara com uma diminuição de 6,5% em 2020. O aumento do consumo foi superior ao aumento do RDB das Famílias, o que determinou uma redução de 14,9% da poupança das Famílias e uma taxa de poupança de 9,8% (11,9% no ano anterior);

Taxa de poupança das Famílias



- A economia apresentou uma capacidade de financiamento de 0,5% do PIB, que contrasta com a necessidade de financiamento de -0,2% registada em 2020.

Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por sector institucional



Mais informação em:
Contas Nacionais Anuais – 2020 (final) e 2021 (provisório)
 23 de setembro de 2022

Saldo externo da economia portuguesa diminuiu para -0,8% do PIB

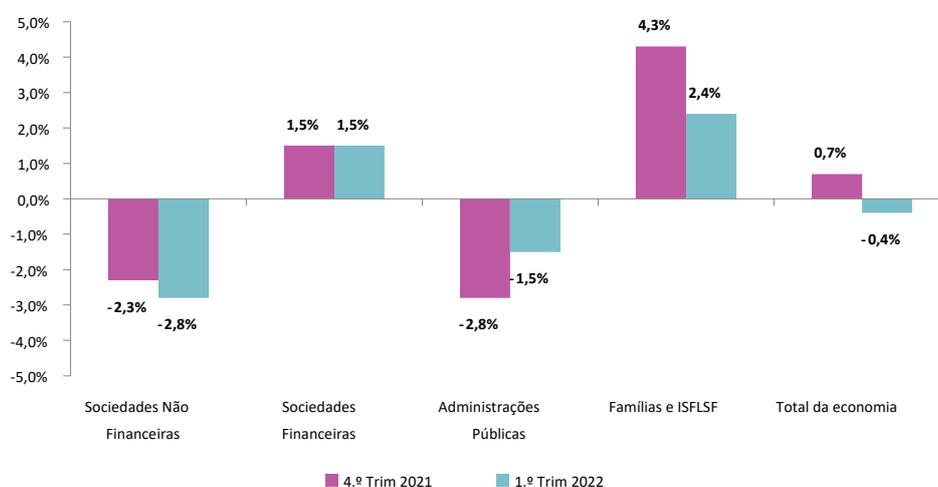
No 2.º trimestre de 2022¹:

- A economia portuguesa registou um agravamento da necessidade de financiamento, que passou de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), no trimestre anterior, para 0,8%;

O agravamento do saldo da economia refletiu a redução do saldo de todos os sectores internos da economia, com exceção do relativo às Administrações Públicas (AP);

Esta evolução em termos homólogos reflete em parte um efeito de base, dado que no 1.º trimestre de 2021 estiveram em vigor várias medidas de combate à pandemia que condicionaram a atividade económica;

Capacidade (+) / necessidade (-) de financiamento por sector institucional
(em % do PIB, ano acabado no trimestre)



- O PIB nominal aumentou 2,8% face ao trimestre anterior e 10,0% relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior;
- O Rendimento Nacional Bruto aumentou 2,7% em relação ao trimestre anterior e 10,0% quando comparado com o 1.º trimestre de 2021;
- O Rendimento Disponível Bruto (RDB) cresceu 2,3% face ao trimestre anterior e 9,5% relativamente ao trimestre homólogo de 2021;
- No que respeita às Famílias:
 - » O RDB aumentou 1,2% face ao trimestre anterior, verificando-se crescimentos de 1,9% e 1,4% nas remunerações e no Valor Acrescentado Bruto, respetivamente;
 - » A despesa de consumo final aumentou 2,7% (4,0% no trimestre anterior), determinando a redução da taxa de poupança para 5,9% (7,3% no trimestre anterior), o que, em conjunto com o aumento do investimento, conduziu à redução da capacidade de financiamento em 1,0 p.p., para 0,4% do PIB;



¹ Salvo indicação em contrário, visando eliminar as flutuações de natureza sazonal e atenuar a irregularidade de forma a captar o comportamento tendencial das séries em consideração, a informação apresentada refere-se ao ano acabado no trimestre de referência. Na comparação entre trimestres consecutivos são utilizadas, em regra, taxas de variação em cadeia entre o ano acabado no trimestre em causa e o ano terminado no trimestre precedente.

- O saldo das Sociedades Não Financeiras fixou-se em -2,7% do PIB, uma redução de 0,7 p.p. relativamente ao trimestre anterior;

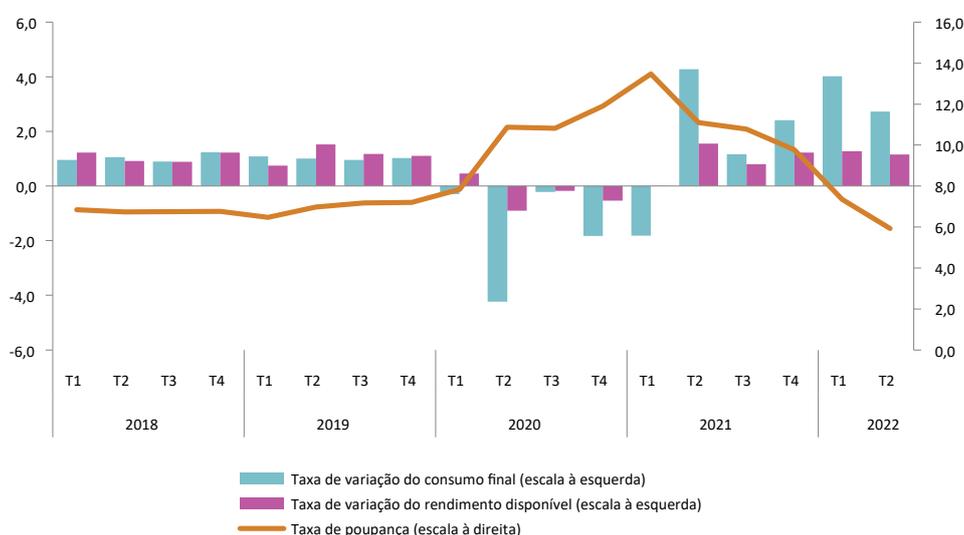
O VAB deste sector registou um aumento de 3,8%, que foi superior ao das remunerações pagas (taxa de variação de 2,4%), enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 2,1%;

- O saldo das Sociedades Financeiras diminuiu 0,3 p.p., para 1,4% do PIB;
- O saldo do sector das AP aumentou 1,8 p.p., passando de uma necessidade de financiamento de 1,6% do PIB no 1.º trimestre para uma capacidade de financiamento de 0,2% do PIB.

Tomando como referência os valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP atingiu 1 104,6 milhões de euros, correspondendo a 1,9% do PIB (-5,6% no período homólogo).

Considerando valores para o conjunto do 1.º semestre de 2022, o saldo das AP foi também positivo (0,8% do PIB), registando-se uma melhoria expressiva deste indicador face não só aos semestres homólogos de 2020 e 2021, marcados pela pandemia COVID-19, mas também ao de 2019.

Taxa de poupança das Famílias e ISFLSF (%; ano acabado no trimestre)



Mais informação:
Contas Nacionais Trimestrais por Sector Institucional – 2.º trimestre de 2022
 23 de setembro de 2022



Principais Agregados das Administrações Públicas – 2021

De 2020 para 2021, a receita das Administrações Públicas aumentou:

- 10,6% (cerca de 9,2 mil milhões de euros) em termos totais;
- 8,9% (aproximadamente 7,7 mil milhões de euros) em termos correntes, mas a diferentes velocidades nas suas três grandes componentes, destacando-se os impostos sobre a produção e a importação: 11,0%;
- 162,5% (quase 1,6 mil milhões de euros) em termos de receita de capital, graças ao reembolso de verbas antecipadas no âmbito do Mecanismo Europeu de Estabilidade;

No mesmo período, a despesa das Administrações Públicas:

- Aumentou 3,8% em termos totais (cerca de 3,8 mil milhões de euros);
- Aumentou 5,1% (aproximadamente 4,5 mil milhões de euros) em termos correntes, mas não em todas as suas componentes, destacando-se:
 - » As remunerações: +4,3%;
 - » As prestações sociais, exceto transferências sociais em espécie: +3,5%; e
 - » Em contracorrente, a despesa em juros: -10,7%;
- Diminuiu em termos de despesas de capital (-8,3%), havendo movimentos de sentido oposto nas suas componentes, nomeadamente:
 - » As transferências de capital concedidas decresceram;
 - » A formação bruta de capital aumentou 16,0%.

O sector das Administrações Públicas apresentou em 2021 um saldo negativo (necessidade líquida de financiamento) de 6 215 milhões de euros, correspondente a -2,9% do PIB (-5,8% em 2020 e +0,1% em 2019).

Saldos das Administrações Públicas

Unid.: Milhões de euro

Código da Operação	Designação da operação	2020	2021
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (Saldo em Contas Nacionais)	-11 669	-6 215
	Saldo corrente	-3 658	-547
B.9-D.41	Saldo primário	-5 882	-1 045

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2022

Em 2021, nas Administrações Públicas:

- O saldo atingiu -6 215,5 milhões de euros, o que correspondeu a -2,9% do PIB (-5,8% em 2020);
- A dívida bruta diminuiu para 125,5% do PIB (134,9% no ano anterior);
- A melhoria significativa do saldo em contabilidade pública resultou de um crescimento da receita (10,6%) superior ao da despesa (3,8%);

O aumento da receita decorreu, essencialmente, da evolução positiva da receita fiscal e contributiva, refletindo a recuperação parcial da atividade económica e do mercado de trabalho, após o choque pandémico inicial em 2020;

- O impacto orçamental direto das medidas de política pública no contexto da pandemia COVID-19 terá ascendido a cerca de -2,7% do PIB (-2,4% em 2020).



Passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional
Principais ajustamentos

	Unid.: Milhões de euros	
	2020	2021
Saldo em contabilidade pública	-11 815,9	-8 867,9
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	2 688,2	3 819,0
Diferença entre juros pagos e devidos	1 070,8	1 013,4
Outros valores a receber	-737,6	287,8
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	-561,1	788,6
<i>Outros</i>	-176,5	-500,9
Outros valores a pagar:	67,7	82,5
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	-1,6	44,1
<i>Outros</i>	69,3	38,5
Outros ajustamentos:	-2 942,1	-2 550,2
<i>Injeções de capital e assunções de dívidas</i>	-2 134,9	-3 685,0
<i>Outros</i>	-807,2	1 134,8
Saldo em contabilidade nacional	-11 669,0	-6 215,5



INE 2022